

SAÚDE PÚBLICA

LEISHMANIOSE NO PARANÁ



PNCEBT
**Novo
regulamento
técnico**

PESQUISA
**Perfil do
veterinário
no Paraná**

DELEGACIAS REGIONAIS
**CRMV-PR
reabre cinco
delegacias**



Capa Revista
Nº 46
Set/Out/Nov
de 2016

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente **Eliei de Freitas**
Vice-presidente **Luigi Carrer Filho**
Secretária-geral **Itamara Farias**
Tesoureiro **Felipe Pohl**

Conselheiros efetivos

Ana Alix Mendes de Almeida Oliveira
José Jorge dos Santos Abrahão
Juliano Leônidas Hoffmann
Maria Fernanda Fedalto
Nestor Werner
Piotre Laginski

Conselheiros suplentes

Adolfo Yoshiaki Sasaki
Carlos Eduardo Coradassi
Carlos Roberto Moreira
Maurício de Jesus Tozetti
Muriel Alessandro Moreschi
Olimpio Batista Giovanelli

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Eduardo Coradassi
Angelo Garbossa Neto
Luigi Carrer Filho

Jornalista Responsável

Thainá Laureano Mizerkowski
MTB-PR Nº 10402/PR

Colaboração

Diogo Wosch

Tiragem

16 mil exemplares

Impressão

DIOE - Departamento de Imprensa Oficial do Estado

Projeto Gráfico

Cupola Comunicação Integrada

Arte e Diagramação

Gabriel Sebastian Fleitas Cortiglia
www.trescriativos.com

Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná

Rua Fernandes de Barros, 685 - Alto da Rua XV
CEP: 80045-390 - Curitiba - Paraná
Fone/Fax: (41) 3218-9450
www.crmv-pr.org.br
facebook.com/crmvpr
twitter.com/crmvpr

As matérias e artigos assinados não representam necessariamente a opinião da Diretoria do CRMV-PR.

Dúvidas, sugestões e encaminhamento de artigos:
jornalismo@crm-v-pr.org.br

CRMV | PR

CONSELHO
REGIONAL DE
MEDICINA
VETERINÁRIA

- 03** EDITORIAL
Palavra do Presidente
- 05** DELEGACIAS REGIONAIS
CRMV-PR reabre cinco delegacias regionais e fica mais próximo de profissionais e empresários
- 07** TECNOLOGIA
Embrapa desenvolve abatedouro móvel como alternativa para pequenos produtores
- 09** SESSÃO SOLENE
Assembleia Legislativa enaltece a medicina veterinária
- 10** OPINIÃO
Bem-estar animal no contexto das barreiras comerciais
- 14** PESQUISA
Perfil, opinião, satisfação e expectativas dos médicos veterinários com a profissão no estado do Paraná
- 17** SAÚDE PÚBLICA
O papel do médico veterinário no controle e diagnóstico da leishmaniose visceral
- 20** BRUCELOSE E TUBERCULOSE
Entra em vigor novo regulamento técnico do PNCEBT
- 22** ENTREVISTA
Do campo ao escritório, o zootecnista mostra a sua versatilidade
- 25** PUBLICAÇÕES
Documentos e Guias práticos
- 26** RESOLUÇÃO
Valores das anuidades para 2017
- 27** POR DENTRO DO CRMV-PR
Colaboradores se unem em ações socioambientais
- 29** ACAPAMEVE
Homenagem ao doutor Sérgio Coube Bogado

Palavra do Presidente



Nesta edição da Revista CRMV-PR trazemos um pouco do excelente trabalho que vem sendo realizado pelo Centro de Controle de Zoonoses de Foz do Iguaçu no monitoramento e combate à leishmaniose visceral.

A equipe de profissionais da saúde pública do município, em conjunto com instituições de ensino e a Secretaria da Saúde, deu início em 2012 a uma pesquisa com a implantação de armadilhas para verificar a presença do vetor na região e a coleta de sangue para confirmar a existência de cães positivos.

Atualmente Foz do Iguaçu é o único município do Paraná que apresenta casos autóctones da doença, tendo registrado inclusive cinco pacientes com leishmanio-

se visceral humana.

Há também as alterações feitas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT). O novo regulamento inclui a classificação de cada estado de acordo com a prevalência das doenças e assim permite medidas mais apropriadas a cada situação. É importante que os profissionais fiquem atentos às alterações, que estão em vigor desde o dia 3 de novembro.

Em pesquisa realizada pelo Sindivet-PR com apoio do CRMV-PR foi possível traçar o perfil do médico veterinário que atua no estado do Paraná.

O estudo aponta alguns dados importantes, como a prevalência de profissionais jovens e a concentração de 30% dos médicos veterinários atuantes em áreas relacionadas ao mercado

pet. É possível verificar ainda as áreas que oferecem melhor remuneração, as áreas de maior interesse e as que oferecem mais oportunidades de emprego. Informações extremamente relevantes para que as entidades ligadas à medicina veterinária possam direcionar suas ações futuramente.

Além disso tivemos a reabertura de cinco delegacias regionais: Campo Mourão, Cascavel, Cornélio Procopio, Guarapuava e Paranavaí. Agora os profissionais, as empresas e a sociedade podem entrar em contato diretamente com o CRMV-PR em dez municípios do estado. Esperamos a sua visita e suas sugestões!

Boa leitura!

Eliel de Freitas

Presidente do CRMV-PR

Documentos	Quantidade									Acumulado 2016
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	
Termos de Fiscalização	214	236	469	388	400	387	329	472	339	3.234
Autos de Infração	75	88	168	147	177	141	140	179	138	1.253
Homologação de ART	175	210	313	318	265	390	304	346	444	2765
Autos de Multa	30	0	78	0	0	4	43	42	3	200
Relatórios de Fiscalização Dirigida	1	1	3	1	4	0	2	1	5	18
Pareceres Técnicos	37	57	56	71	51	42	60	74	40	488
Ofícios	157	72	82	199	90	87	109	114	62	972
Memorandos	96	43	52	61	22	28	15	19	20	356
Acórdãos	109	9	22	30	52	22	44	2	0	290

MISSÃO DO CRMV-PR:

Disciplinar, orientar e fiscalizar o exercício das profissões de Medicina Veterinária e Zootecnia contribuindo para o bem-estar da sociedade.

VISÃO DO CRMV-PR:

Ser reconhecido como referência na orientação e na fiscalização em busca da melhoria e valorização da Medicina Veterinária e Zootecnia em benefício da sociedade.

VALORES DO CRMV-PR:

Transparência; Ética; Comprometimento; Efetividade; Credibilidade; Isonomia; Excelência.

POR DENTRO DO CRMV-PR

Vice-presidente do CRMV-PR é eleito para a diretoria da ACIL

Um dos maiores polos econômicos do Paraná, o município de Londrina tem investido cada vez mais no agronegócio. Percebendo a importância da atividade, a Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL) incluiu recentemente uma cadeira de agronegócio em sua diretoria. Com a eleição realizada em junho de 2016, os novos integrantes — entre eles o médico veterinário e vice-presidente do CRMV-PR, Luigi Carrer Filho — assumiram posse para um mandato de dois anos.

“A ACIL percebeu a importância do agronegócio para o país, não é à toa que a atividade responde por quase 30% do produto interno bruto. O agronegócio fortalece cidades pequenas, impulsiona a economia do município”, destaca Carrer, que se torna o primeiro Diretor de Agronegócio da ACIL.



Foto: ACIL

Além da Associação Comercial, Luigi integra a diretoria da Sociedade Rural do Paraná há oito anos como Diretor de Atividade Agroindustrial. Para ele, ter um médico veterinário em entidades tão representativas quanto essas “demonstra a importância da nossa classe. É uma maneira de participar ativamente da economia de uma cidade através do agronegócio, reforçando sua presença tanto no comércio quanto na indústria”.

CRMV-PR agora utiliza SMS como ferramenta de comunicação

Desde 2015 o CRMV-PR vem utilizando as mensagens de celular (SMS) como forma de comunicação direta com os profissionais e empresas cadastrados. A ferramenta é utilizada de maneira pontual, apenas para informar sobre eventos específicos de cada região. Se você tem interesse em receber as mensagens, entre em contato com a Seção de Registro na Sede ou em alguma delegacia regional e atualize seu cadastro.

Você sabia?

A logomarca do CRMV-PR passou por um processo de modernização e reformulação no ano de 2014, procurando traduzir a sinergia entre a gestão da Autarquia e o avanço da medicina veterinária e da zootecnia.

Conceito utilizado: Um mundo, uma saúde.



CRMV-PR reabre cinco delegacias regionais e fica mais próximo de profissionais e empresários

Buscando oferecer agilidade no atendimento aos profissionais, empresas e à sociedade, o CRMV-PR reabriu cinco delegacias regionais em agosto deste ano. Elas se juntam às outras quatro que já estavam em atividade e agora somam nove no Paraná, mais a sede localizada em Curitiba.

Desde junho de 2014, quando fechou sete das 11 delegacias por falta de funcionários, a Autarquia contava com atendimento apenas nos municípios de Londrina, Maringá, Pato Branco e Ponta Grossa.

Com um concurso público planejado para 2015 para a contratação de assistentes administrativos para a Sede e para as delegacias, foi realizado um estudo amplo para analisar quais delas deveriam ser reabertas.

A escolha se deu após análise do número de profissionais e empresas da região, a distância entre o município e a Sede, a distância entre o município e a delegacia regional ativa mais próxima, além dos investimentos necessários para o funcionamento do local. Com base nesses dados, optou-se por reabrir as delegacias de Campo Mourão, Cascavel, Cornélio Procopio, Guarapuava e Paranaíba.

Após a realização do concurso público, em novembro do ano passado, as assistentes administrativas aprovadas foram convocadas e contratadas; ao mesmo tempo, foi aberta licitação para a locação de imóveis em cada um dos municípios.

Enquanto os imóveis eram adaptados e mobiliados, as novas funcionárias receberam treinamentos na Sede para conhecer as seções do CRMV-PR e os procedimentos que deveriam realizar em suas delegacias. Outra etapa da capacitação foi realizada na delegacia regional ativa mais próxima de onde iriam atuar; cada funcionária passou uma semana de treinamento vivencial, realizando na prática as atividades do dia a dia.

O atendimento nos novos locais começou em agosto, seguindo o expediente de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h. Nas delegacias regionais é possível protocolar documentos como anotações de responsabilidade técnica, denúncias, fazer registro de empresa, solicitar a cédula profissional, etc.

Para os delegados regionais destes municípios, a reinauguração das delegacias representa um marco para os profissionais de medicina veterinária e zootecnia da região. Confira o depoimento de cada um:



Delegacia de Cascavel

Naquele momento em que a delegacia regional de Cascavel esteve de portas fechadas, verificou-se as dificuldades dos usuários dos nossos serviços em receber orientações como: registro de estabelecimentos comerciais; emissão de certidão de negativa de débitos; procedimentos para abrir consultórios, clínicas e hospitais veterinários; encaminhamentos de processos ético-disciplinar; inscrição de profissionais no CFMV/CRMV; obtenção de segunda via de documentos; atualização de dados cadastrais; orientações diversas sobre ART; calendarização da fiscalização de estabelecimentos comerciais, especialmente quanto ao registro junto ao CRMV e o RT; o correto funcionamento dos estabelecimentos, entre outras tantas atribuições e demandas que surgem no dia a dia, o que os obrigavam a se reportarem à Sede da Instituição em Curitiba, cuja comunicação, pelo distanciamento, ficava unicamente na formalidade, sem a possibilidade do contato pessoal para dirimir detalhes dos seus pedidos ou necessidades.

Com a reabertura da delegacia tudo volta à normalidade. Temos atendimentos regulares e portas sempre abertas para os que necessitam das orientações e encaminhamentos devidos.

Carlos Roberto Strapasson
Delegado Regional de Cascavel

Endereço: Av. Brasil, 5964 - 9º andar - sala 94 - Centro
Telefone: (45) 3224-5044



Delegacia de Guarapuava

A reabertura da delegacia regional do CRMV-PR em Guarapuava é extremamente importante para a região. Vai agilizar os processos de homologação de profissionais e empresas, e aproximar o Conselho Regional de Medicina Veterinária dos profissionais, empresas, futuros profissionais e ainda promover a representatividade da classe profissional na região.

Michel P. Souza

Delegado Regional de Guarapuava

Endereço: Rua Berlim, s/n, Pavilhão, Parque de Exposição - Santana

Telefone: (42) 3622-1187



Delegacia de Paranavaí

A reabertura da delegacia regional do CRMV-PR em Paranavaí colocou fim a um período de incertezas que os profissionais da região noroeste do Paraná viveram nos últimos dois anos. No âmbito de realizar um trabalho sempre amparado na ética e legislações, estivemos neste período de dois anos sem a presença do CRMV-PR em nosso dia a dia. Mas este momento ruim teve fim.

Nossa delegacia está reaberta e, de agora em diante, iremos nos empenhar cada vez mais em fortalecer a ética e a imagem do médico veterinário e do zootecnista em nossa região.

Muito obrigado ao CRMV-PR por este apoio.

Sandro Eduardo Arenas

Delegado Regional de Paranavaí

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 4208 - Vila Maria

Telefone: (44) 3423-3767



Delegacia de Cornélio Procopio

A reabertura da delegacia é um marco importante na história da medicina veterinária e zootecnia para o Norte Pioneiro do Paraná, pois a região é um centro importante de desenvolvimento agropecuário, produtora de alimentos de origem animal e que abriga instituições de ensino referências no estado. Todos os profissionais e empresários do ramo têm agora um local apropriado para serem muito bem atendidos.

Rafael Haddad

Delegado Regional de Cornélio Procopio

Endereço: Av. São Paulo, nº 41 - Centro

Telefone: (43) 3523-5294



Delegacia de Campo Mourão

A reabertura da Delegacia de Campo Mourão demonstra a importância da cidade na história junto ao CRMV-PR, tendo em vista que sempre estivemos participando de forma ativa nos eventos propostos tanto no âmbito da delegacia como com representantes. Campo Mourão se encontra em um ponto estratégico do noroeste do estado, facilitando assim o atendimento aos profissionais da região. Também temos o curso de medicina veterinária, no qual realizamos vários eventos voltados aos profissionais e alunos, colocando assim o Conselho mais próximo dos mesmos.

Jaciani Beal

Delegada Regional de Campo Mourão

Endereço: Rua Brasil, 947 - sala 4 - Centro

Telefone: (44) 3523-3302

Embrapa desenvolve abatedouro móvel como alternativa para pequenos produtores

A unidade da Embrapa Suínos e Aves, localizada em Santa Catarina, desenvolveu uma estrutura móvel que permite o abate seguro de suínos, bovinos e ovinos. O abatedouro móvel utiliza containers adaptados e instalados em caminhões, podendo ser customizado de acordo com a necessidade do produtor. A expectativa é que futuramente hajam outras duas estruturas: uma para o abate de aves e coelhos, e outra para peixes.

A tecnologia foi lançada oficialmente em setembro de 2015, mas precisa atender às normas do serviço de inspeção oficial assim como qualquer outro abatedouro fixo. Se as demandas forem atendidas, o local pode ser licenciado para receber o selo de inspeção sanitária municipal (SIM) ou estadual (SIE).

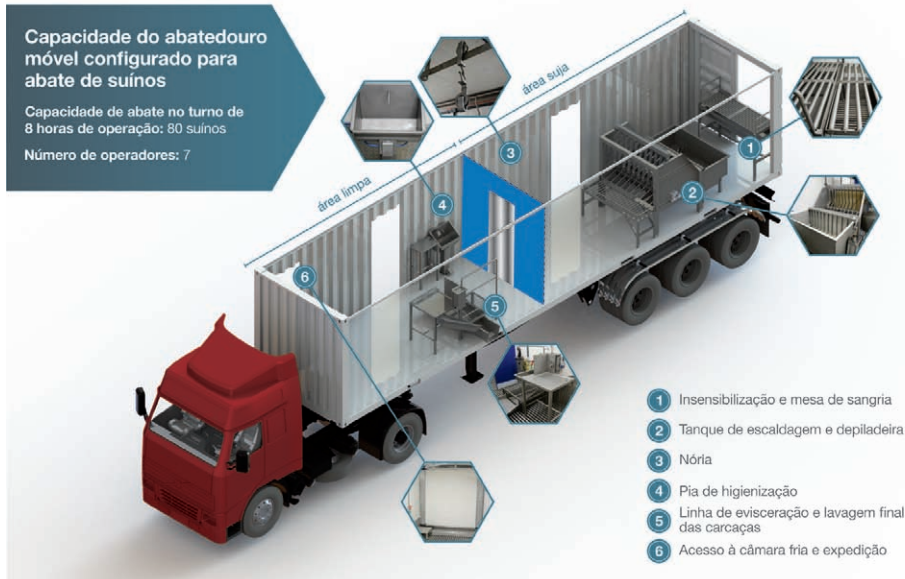
O abatedouro conta com duas áreas com entradas independentes. Na primeira estão o equipamento de insensibilização, mesa de sangria, tanque de escalda com termostato, depiladeira, e área para raspagem final dos pelos e remoção do ouvido médio; na segunda, onde é feita a evisceração e o corte, a circulação é restrita. Após o abate as carcaças devem ser levadas para a câmara fria.

Estrutura de apoio

Para que cumpra com as normas de licenciamento ambiental e sanitário, o abatedouro móvel exige uma estrutura de apoio em terreno cercado, com controle de entrada e saída.

Dentro desta estrutura devem existir vestiários, sala para o médico veterinário da inspeção e sistema de desinfecção.

Além disso, os animais devem ser mantidos em currais de espera para que seja possível a realização da inspeção antes do encaminhamento para o abate. A condução dos animais para o abatedouro também possui regras, como rampa ou elevador da



altura da mesa de sangria.

Capacidade

De acordo com os pesquisadores da Embrapa, os testes realizados apontaram que a estrutura tem capacidade de abate de 80 suínos com até 130kg em um período trabalho de oito horas. Se for utilizada a capacidade máxima, é possível abater até 19 mil animais por ano.

Como o projeto foi desenvolvido para re-

duzir os custos de produção de pequenos produtores, estudou-se também qual seria a capacidade do abatedouro móvel caso ele fosse compartilhado.

Tendo como base os índices de produção de uma cooperativa catarinense, foi estimado que seriam necessários aproximadamente 390 produtores com 17 matrizes cada para utilizar a capacidade total do abatedouro em sua maior configuração.

Investimento

A Embrapa estimou ainda quais seriam os custos para a implementação da estrutura: um abatedouro fixo, que atenderia a um produtor, teria um investimento de aproximadamente R\$ 1,2 milhão; já o abatedouro móvel, incluindo todas as estruturas complementares, tem um custo estimado de R\$ 3,9 milhões.

Considerando que o abatedouro móvel atende a cinco produtores, o valor do investimento seria de R\$ 785,5 mil para cada um.



DIA DO MÉDICO VETERINÁRIO

CFMV e CRMVs querem que a sociedade conheça as áreas de atuação da veterinária

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária promoveram durante o mês de setembro a campanha "Até no detalhe que você não vê, o médico veterinário está presente", na qual exaltaram a diversidade da atuação dos profissionais formados na área.

O objetivo era mostrar à sociedade que o médico veterinário faz parte do

dia a dia das pessoas, por isso foram abordados três pontos principais: inspeção de alimentos, saúde única e o trabalho com outros animais além dos pets.

Afinal, os médicos veterinários são diretamente responsáveis pela saúde da população, dos animais e do meio ambiente.

É de sua responsabilidade a inspeção

e fiscalização dos produtos de origem animal que chegam à mesa do consumidor, a saúde e o bem-estar dos animais domésticos e selvagens, a manutenção e melhoria da qualidade da saúde pública e ainda o desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas em busca de novos produtos, vacinas, tratamentos e erradicação de doenças.

Corrida noturna do Jockey Club tem páreos em homenagem aos médicos veterinários



Foto: Thais Laureano



Em mais um evento de comemoração ao Dia do Médico Veterinário, o Jockey Club do Paraná promoveu no dia 19 de setembro uma corrida noturna com páreos alusivos aos profissionais e entidades da área. Foram nove páreos disputados, entre eles os prêmios "Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná - CRMV-PR", "Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Paraná - Sindivet-PR" e "Dia do Médico Veterinário".



SESSÃO SOLENE

Assembleia Legislativa enaltece a medicina veterinária

A Assembleia Legislativa do Paraná realizou no dia 16 de setembro uma sessão solene para homenagear os médicos veterinários não somente pela comemoração do seu dia, mas para agradecer pelo trabalho prestado à sociedade e ao estado do Paraná.

“É uma homenagem mais do que justa para quem conhece a importância do trabalho dos médicos veterinários. Não somente no dia a dia de quem tem animais de estimação dos quais vocês cuidam muito bem -, mas também na economia do Estado. É uma área de trabalho muito mais ampla, que engloba toda a cadeia alimentar: nas barreiras fitossanitárias, dentro dos aviários, frigoríficos, na verificação de doenças, na pesquisa”, ressaltou o deputado estadual Stephanes Junior, proponente da sessão solene.

Filho do ex-ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, ele sabe que a atuação do profissional de veterinária é imprescindível para o crescimento econômico do país. “Até nas questões da balança comercial o médico veterinário é importantíssimo. Para se ter uma ideia, no passado estivemos com a exportação para a Europa suspensa e um dos motivos é que não tínhamos médicos veterinários contratados pelo Ministério da Agricultura para fazer a vigilância sanitária”, pontuou.

Para o presidente do CRMV-PR, Eliel de Freitas, o deputado demonstrou conhecer a fundo a importância dos médicos veterinários para a sociedade.

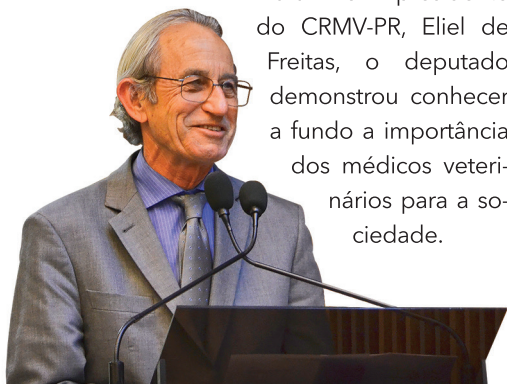


Foto: Diogo Mosch

“Meu discurso tinha como objetivo enaltecer a medicina veterinária, mas não será necessário. Aproveito, então, para destacar a relação entre a medicina veterinária e a saúde. Quando pensamos no animal no pasto, o médico veterinário está lá; no transporte para o abate, durante o abate, na inspeção sanitária, no transporte para o varejo,

na vigilância sanitária. Em todos os momentos é o médico veterinário quem está presente, isso demonstra sua importância na saúde”, afirmou.

Além da homenagem aos profissionais, a comissão organizadora fez menção honrosa a 21 médicos veterinários buscando representar as mais diversas áreas da profissão.



▲ Diretores e conselheiros participaram da cerimônia. Da esq. para a dir.: Maurício Tozetti, José Jorge dos Santos Abrahão, Piotre Laginski, Eliel de Freitas, Itamara Farias, Nestor Werner e Felipe Pohl de Souza.

Bem-estar animal no contexto das barreiras comerciais

Nos últimos anos, o comércio internacional tem se deparado com sofisticadas barreiras comerciais não tarifárias, as quais vêm causando enormes prejuízos aos exportadores. Tais medidas protecionistas, conforme dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), causam maior impacto nos produtores rurais localizados em países em desenvolvimento e mais fortemente em seu setor agrícola exportador. Entre as novas formas de protecionismo estão os regulamentos sobre bem-estar animal. Entendido como responsabilidade de toda a sociedade, o bem-estar animal abrange vários aspectos da vida de um animal, como alimentação,

local apropriado para a criação, prevenção de doenças e seu tratamento, transporte e abate. Contudo, nota-se que alguns países vêm utilizando as legítimas medidas de proteção ao bem-estar animal como forma de barreira não tarifária ao comércio. A verdade é que este novo modelo de protecionismo não está contemplado nos acordos da OMC, o que vem provocando intensos debates entre os países membros da Organização. Há países que defendem de maneira tendenciosa que o bem-estar animal poderia ser colocado no âmbito do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS, sigla em inglês de Sanitary

and Phytosanitary Measures). No entanto, é importante ressaltar que o Acordo SPS tem como objetivo a proteção da saúde e vida humana, animal e vegetal, de riscos específicos resultantes da entrada de pragas, doenças ou organismos patogênicos transmitidos por animais, vegetais ou seus derivados. Além disso, a aplicação de medidas sanitárias tem sido uma das mais constantes justificativas para restrições comerciais internacionais. Existe, assim, uma necessidade de se impedir o uso indiscriminado de medidas fitossanitárias, que devem ser aplicadas estritamente com base científica, de maneira justificada, e não de maneira discriminatória. Dessa for-



Ilustração: Freepik

ma, pode-se verificar que bem-estar animal no território de um país exportador não faz parte das definições do Acordo SPS e não deve ser nele alocado. Sobre os padrões internacionais já estabelecidos, ressalta-se a importância da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), que é a organização internacional de referência para a segurança do comércio de animais e produtos de origem animal no mundo, e que tem seu papel oficialmente reconhecido pela OMC por meio de menção formal no Acordo SPS. A OIE não recomenda sistemas a serem utilizados apenas buscando resultados específicos sobre bem-estar animal, pelo contrário, a OIE tem como objetivo estabelecer princípios e práticas mundiais, que podem ser aplicáveis aos seus países membros respeitando diferentes contextos sociais, econômicos, religiosos e culturais.

A OIE já definiu uma série de regras sobre bem-estar animal e o Brasil atribui grande importância a estes princípios, principalmente por ser um grande exportador de alimentos. Contudo, vários países fazem exigências que podem estar em desacordo a essas normas da OIE, como por exemplo o Regulamento da Comunidade Europeia (CE) nº 1.099/2009 estabelecendo, entre outras questões, garantias das empresas de que as operações de abate só sejam realizadas por pessoas detentoras de um certificado de aptidão em bem-estar animal. Interpretações diversas de que a entrada em vigor do Regulamento (CE) nº 1.099/2009 em 2013, obrigaria também que cada estabelecimento de abate dos países terceiros teriam que cumpri-lo, levaram o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a publicar a Portaria nº 246/2015, a qual propõe uma normativa para o credenciamento de entidade para realizar o treinamento em manejo pré-abate e abate de animais, com fins de capacitar e emitir certificado de aptidão dos responsáveis pelo bem-estar animal nos estabelecimentos de abate para fins comerciais. Ou seja, caso esta proposta de IN não fosse publicada, na interpretação do MAPA, haveria

perda de equivalência com a regulamentação europeia, podendo haver sanções às exportações brasileiras de carnes das diversas espécies. Além da dúvida quanto à necessidade, a proposta apresentava lacunas em pontos importantes, como: (1) ausência da base adotada para a definição do bem-estar animal aplicável à realidade brasileira, (2) abertura para que o conteúdo programático possa ser determinado pelas entidades credenciadas e a (3) possibilidade de beneficiar determinadas entidades em detrimento das demais.

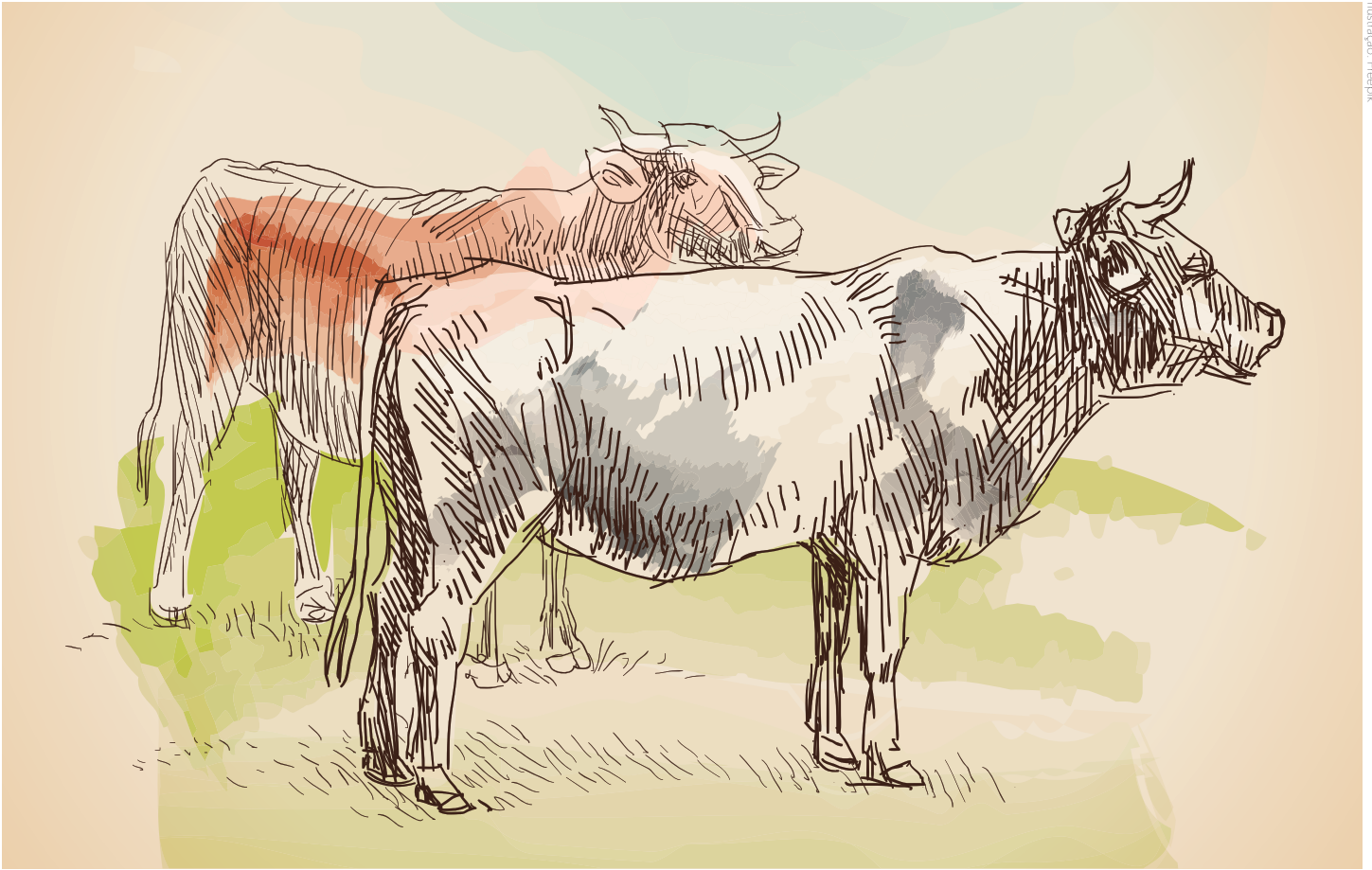
(1). AUSÊNCIA DA BASE ADOTADA PARA A DEFINIÇÃO DO BEM-ESTAR ANIMAL APLICÁVEL À REALIDADE BRASILEIRA

Não consta no projeto da normativa qual conceito será utilizado como base nos cursos, deixando aberto para que as entidades credenciadas utilizem a fonte que lhes for conveniente. A própria definição de bem-estar animal da OIE diz que: "Bem-estar animal significa como um animal está lidando com as condições em que vive. Um animal é considerado em bom estado de bem-estar se (com comprovação científica) estiver saudável, confortável, bem nutrido, seguro, capaz de expressar seu comportamento inato/natural, e se não estiver sofrendo com dores, medo e angústias. Bem-estar animal requer prevenção contra doenças e tratamento veterinário, abrigo adequado, gerenciamento, nutrição, manejo cuidadoso e abate humanitário. Bem-estar animal diz respeito ao estado do animal; o tratamento que um animal recebe inclui outras relações como cuidados veterinários, criação e tratamento humanitário." Especialistas questionam como seria possível mensurar parâmetros nos animais, como por exemplo garantir que o mesmo não tenha estado mental negativo ou mesmo esteja livre de frustração/angústias. É de consenso que o conceito da OIE deve ser seguido apenas como orientativo, não sendo possível aplicá-lo integralmente na cadeia produtiva

ou no manejo pré-abate ou abate dos animais. Isto deve ficar claro em qualquer instrumento normativo que vise regulamentar o bem-estar animal. Desta maneira, considera-se um equívoco o MAPA não definir parâmetros de mensuração de bem-estar animal plausíveis e aplicáveis à realidade da produção animal brasileira, pois dá margem a interpretações tendenciosas ou mesmo ideológicas que podem gerar prejuízos.

(2). ABERTURA PARA QUE O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO POSSA SER DETERMINADO PELAS ENTIDADES CREDENCIADAS

Como se trata do credenciamento de entidades para realizar o treinamento em manejo para emitir certificado de aptidão dos responsáveis pelo bem-estar animal, torna-se um equívoco estabelecer somente a carga horária mínima, pois o conteúdo programático deveria ser padronizado e uniforme entre todas as entidades credenciadas para que fosse possível emitir um certificado padrão de aptidão. Não havendo esta padronização, podem ser credenciados cursos longos e de conteúdo impróprio aos objetivos vislumbrados, prejudicando o setor com a obrigatoriedade de práticas inviáveis, infundadas ou inexecutáveis. Compreende-se que é importante dar liberdade para a entidade formular treinamentos mais completos com capacidade de adequação rápida a novas exigências que possam surgir no mercado, mas deve-se limitar de alguma forma, estabelecendo não somente a carga horária mínima, mas também a carga horária máxima, buscando responder da maneira mais assertiva aos interesses do setor. Destaca-se que frigoríficos com Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e Serviço de Inspeção Municipal (SIM) parecem ser os principais alvos da Portaria nº 246/2015, visto que a maioria dos frigoríficos com Serviço de Inspeção Federal (SIF) já possuem treinamentos, medidas e responsáveis pelo bem-estar animal e abate humanitário. Antes de formar uma



proposta desta magnitude, sugere-se que o MAPA levante e apresente ao setor o número de profissionais que atendem os requisitos constantes na IN proposta, bem como a estimativa de instituições aptas e interessadas no credenciamento, além de suas capilaridades para atingir os frigoríficos, tanto SIF, quanto SIE e SIM em todo o país. Certamente, a falta de entidades credenciadas para atender a demanda resultaria em prejuízos econômicos à cadeia produtiva da carne brasileira. Além disso, tal falha aumentaria a concentração de mercado beneficiando poucas empresas de grande porte, que já são beneficiadas pela maior facilidade financeira para se adequar às novas exigências.

(3). POSSIBILIDADE DE BENEFICIAR DETERMINADAS ENTIDADES EM DETRIMENTO DAS DEMAIS

O texto da norma apresentada na

Portaria nº 246/2015, em seu Art. 10, ainda afronta os princípios da isonomia, razoabilidade, motivação e interesse público, ao estabelecer que os treinamentos devem ser proferidos por profissionais capacitados em curso de bem-estar animal, promovido por entidade com reconhecimento internacional, e com experiência prática mínima comprovada de dois anos no manejo pré-abate e abate para a espécie à qual será designado a ministrar o curso. A falta de reconhecimento internacional não exclui nem garante aptidão das entidades para a execução do curso.

Tal medida traria exclusividade para beneficiar determinados Organismos Não-Governamentais (ONGs) atuantes no Brasil. Os cursos de Pós-Graduação de universidades brasileiras, por exemplo, são todos credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com boa qualidade na formação de profissionais. A melhor

ação por parte do MAPA seria atuar junto à CAPES, a qual possui a competência, entre outras, para "indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e à distância", com o objetivo de introduzir o tema bem-estar animal nas grades curriculares da graduação e pós-graduação. Desta maneira, o MAPA cumpriria o seu papel de órgão regulamentador e fomentador da pecuária brasileira, não criando barreiras, mas sim incentivando a educação e a modernização do setor produtivo.

O bem-estar animal e a proteção dos animais constituem uma nova demanda da sociedade moderna, assumindo contexto e dimensão mundial, estando o setor produtivo e, principalmente os produtores rurais, comprometidos com essa demanda. No entanto, as novas tendências e pensamentos modernos são ainda pouco abordados e merecedores de

maiores estudos, pois como consideram vários especialistas, os mesmos não ganharam o devido espaço nos centros de pesquisas e academias.

Logo, pode-se evidenciar que a eventual ausência de legislação brasileira em estabelecer regras para credenciamento de entidade apta a realizar treinamento em manejo pré-abate e abate de animais para técnicos do setor privado, de forma alguma ocasiona a perda de equivalência com a regulamentação europeia, por esta exigência não apresentar cunho sanitário. Pelo contrário, eventuais sanções impostas por esta razão pela União Europeia às exportações brasileiras de carnes poderiam inferir no descumprimento dos princípios estabelecidos no Acordo SPS, havendo possibilidade do Brasil interpor judicialmente os Estados membros da Comunidade Europeia nos devidos fóruns internacionais. Registra-se, ainda, que a atual legislação brasileira, cito o Decreto nº 30.691/1952, que aprova o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), e a Instrução Normativa nº 3/2000, que aprova o Regulamento Técnico de Métodos de Insensibilização para o Abate Humanitário de Animais de Açougue, já contempla os principais requisitos mencionados no Regulamento (CE) nº 1.099/2009, pois estabelece exigências de bem-estar animal aos estabelecimentos de abate, como por exemplo:

1. Possuir instalações, equipamentos e procedimentos adequados referentes ao manejo dos animais vivos, à contenção, ao atordoamento e à sangria;

2. Possuir pessoal qualificado na execução das práticas relacionadas ao bem-estar animal, havendo necessidade de uma política de capacitação continuada;

3. Utilizar equipamentos seguindo as recomendações de fábrica e em condições apropriadas para o funcionamento, contando com um programa de manutenção preven-

tiva e corretiva;

4. Estabelecer procedimentos operacionais e de monitoramento referentes às práticas de bem-estar animal pautados em literatura técnico-científica, experiência profissional e recomendações de fabricantes dos equipamentos e entidades terceiras que possuam conhecimento no assunto.

Outro aspecto que deve ser abordado é que a Lei nº 6.839/1980 estabelece a obrigatoriedade do registro das empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões. Desta maneira, a norma proposta pela Portaria nº 246/2015 gera dúvidas quanto ao aspecto legal da iniciativa, uma vez que a legislação brasileira já estabelece que os responsáveis técnicos pelos estabelecimentos de abates detêm a competência da supervisão das práticas de bem-estar durante o manejo pré-abate e abate de animais implantadas, inclusive por meio da fiscalização pelo seu respectivo órgão de classe, os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (CRMVs). Todo este arcabouço legislativo preza e obriga o abate humanitário de animais por duas questões, ambas de cunho econômico, a qualidade do produto final e o próprio bem-estar animal, justificadas pelas seguintes razões:

1. Qualidade do produto final: o estresse animal decorrido de métodos cruéis de abate e/ ou a insensibilização inadequada, que acarreta a morte do animal e sangria deficiente, podem causar defeitos na carne, como por exemplo a denominada carne PSE (da sigla em inglês Pale, Soft and Exsudative, ou pálida, mole e exsudativa), originando um produto final com aspecto repugnante, não adequado para o consumo direto ou mesmo processamento.

2. Bem-estar animal: agrega valor à produção e amplia a possibilidade de se abrir novos mercados compradores, sendo mais um atrativo aos consumidores de carne, pois é cada vez maior a preocupação da população com métodos humanitários de abate, metodologia de produção de alimentos e a busca por produtos certificados. Desta maneira, o Brasil já possui base legal que o habilita frente às mais exigentes regras para o comércio de produtos de origem animal entre países membros da OMC, quanto ao bem-estar animal, sendo desnecessárias iniciativas unilaterais de órgãos públicos ou privados, que estabelecem regras ainda mais rígidas sem qualquer justificativa econômica ou científica. O comércio exterior deve ser visto como um dos pilares da recuperação econômica do Brasil, estimulando a inovação, o emprego e a produção. A carne bovina, 9º produto do agronegócio mais exportado pelo país em 2015, acessando aproximadamente 130 países, assume um importante papel nessa recuperação. Diante disso, as medidas de bem-estar animal não podem ser mais restritivas ao comércio do que os padrões internacionais já estabelecidos, pois violariam medidas que devem ser apenas necessárias para a proteção da vida e baseadas em evidências científicas, de caráter estritamente sanitário ou fitossanitário, o que não é o caso das medidas de bem-estar animal.

*Juliano Leonidas Hoffmann é Médico Veterinário, com especialização em Zoonoses e Saúde Pública, mestre em Doenças Tropicais, egresso do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos serviços do Sistema Único de Saúde (EPISUS) do Ministério da Saúde. Coordenador de Produção Animal na Superintendência Técnica da CNA. Conselheiro do CRMV-PR.

RESULTADOS DA PESQUISA:

? Perfil, opinião, satisfação e expectativas dos médicos veterinários com a profissão no estado do Paraná?

Em uma iniciativa inédita no território nacional, o Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná (SINDIVET-PR), com o apoio do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR) e Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais no Paraná (ANCLIVEPA-PR), conduziu a primeira grande pesquisa sobre a categoria. O estudo foi desenvolvido pelas consultorias Plan Avaliação e Escuta Pesquisas, entre janeiro e junho de 2016.

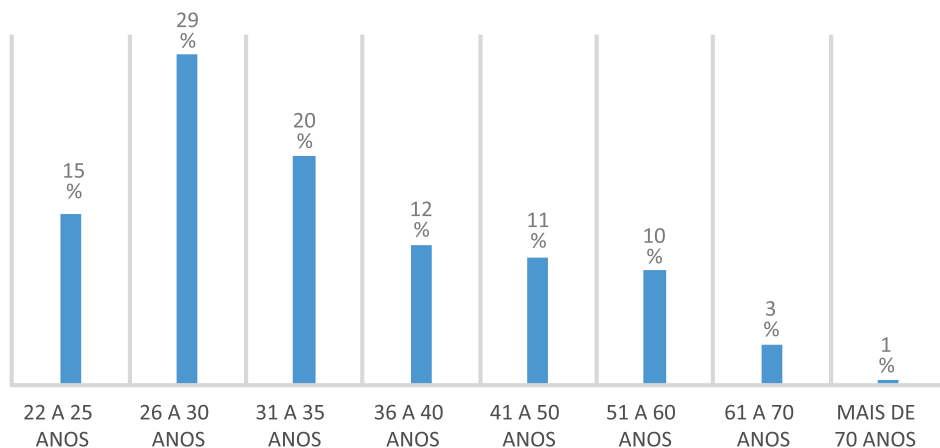
A pesquisa teve como principais objetivos conhecer melhor o perfil, a opinião, satisfação e expectativas dos médicos veterinários com a profissão, identificando as fortalezas e desafios da categoria no Paraná. A adesão dos profissionais ao estudo foi extremamente relevante, quase 15% dos profissionais atuantes responderam, totalizando 1.182 respondentes.

A pesquisa foi conduzida via web, através do disparo eletrônico de questionários a partir do mailing do CRMV-PR.

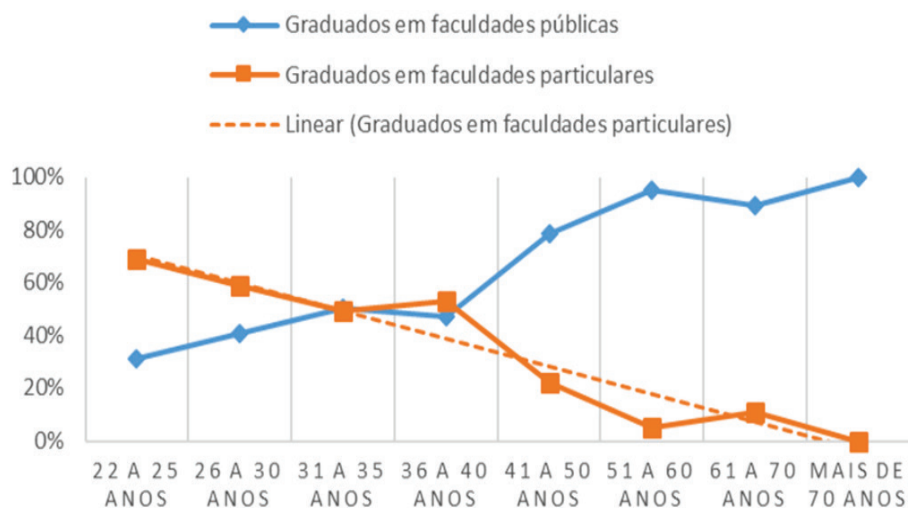
Paralelamente, foram conduzidos grupos focais e entrevistas em profundidade para conhecer de forma mais aprofundada a realidade pesquisada.

Conforme os dados coletados apontam, o perfil do Médico Veterinário mudou bastante no estado nos últimos anos, especialmente pela abertura de novos cursos de graduação, atualmente são 24 cursos de Medicina Veterinária no estado. A abertura de cursos particulares nos últimos anos concentrou os profissionais nas faixas etárias mais jovens, 64% dos profissio-

DISTRIBUIÇÃO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS POR FAIXA ETÁRIA



PÚBLICAS X PARTICULARES



nais têm até 35 anos.

Outro dado de destaque relacionado aos cursos de graduação é que, se antes quase 100% dos formandos vinham de faculdades públicas, hoje, no

Paraná, quase 75% graduam-se em faculdades particulares.

Em termos de gênero, a pesquisa aponta para uma segunda inversão, a profissão passou a ser majoritariamen-

te feminina. Entre os profissionais mais jovens, 65% são mulheres.

Apesar de já esperado, o principal critério de escolha do curso de Medicina Veterinária é "Gostar de Animais", 76% apontaram esse como sendo um dos principais critérios de escolha do curso de graduação. Ao longo da pesquisa, ficou claro que, para muitos profissionais, o gostar de animais está relacionado aos *pets*, especialmente cães e gatos.

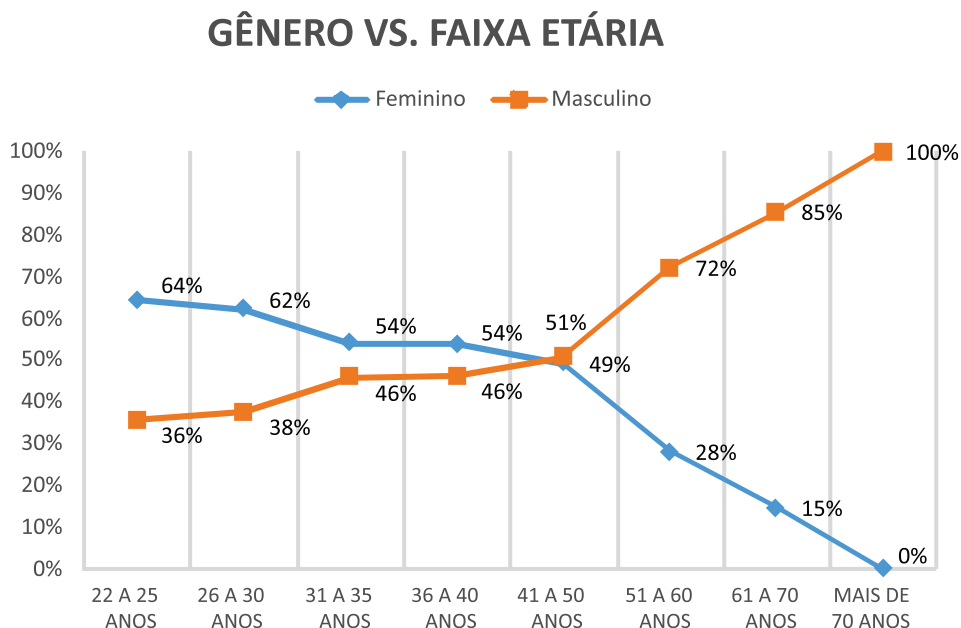
Esse interesse e gosto ajudam a compreender a grande concentração de profissionais atuando na área de pequenos animais.

Os dados da pesquisa apontam que, atualmente, no Paraná, em torno de 30% dos profissionais atuam em alguma área relacionada ao mercado *pet*. Outras áreas da Medicina Veterinária, inclusive áreas com boas oportunidades de trabalho, estão com baixa adesão de profissionais, podendo haver interessantes oportunidades para os Médicos Veterinários que se especializarem nessas temáticas. A seguir, apresentamos a distribuição dos profissionais por entre as áreas de atuação no Paraná:

Em relação à remuneração, 58% dos entrevistados ganham até R\$ 4.500,00 por mês (salário bruto), média salarial bastante distante do piso da categoria (8,5 salários mínimos), e, apenas 20% dos profissionais ganham acima do piso salarial.

Os salários mais baixos estão concentrados entre os mais jovens, assim como o desemprego. Atualmente, 9% da categoria encontra-se desempregada, dos quais, 74% têm até 30 anos.

Nesse sentido, um dos principais diagnósticos traçados foi o de que os profissionais mais jovens têm buscado atuar em áreas da Medicina Veterinária que já estão saturadas e onde a remuneração é baixa, o que vem aumentando a taxa de desempregados e diminuindo a média salarial da profissão.



neração é baixa, o que vem aumentando a taxa de desempregados e diminuindo a média salarial da profissão.

Entre as áreas da Medicina Veterinária com menor atuação profissional, há campos com alta remuneração. Em relação à clínica veterinária de pequenos, apesar de não faltarem pesquisas divulgando o crescimento do mercado *pet*, esse crescimento ocorre principalmente no setor de consumo, não se refletindo em ganho para os profissionais que atuam em clínica veterinária de pequenos, com exceção de especialistas.

Conforme os dados coletados apontam, as áreas com pior remuneração, ou seja, mais de 30% dos profissionais ganham até R\$ 2.500,00 por mês, são: "Clínica de Pets" (42%), "Consultório Veterinário" (37%), "Laboratório de Diagnóstico ou Biotério" (30%). Entre os profissionais que atuam em "Cirurgia de Pets", 29% ganham até R\$ 2.500,00 por mês.

Por outro lado, as áreas com melhor remuneração, ou seja, mais de 30% dos profissionais ganham mais de R\$ 7.500,00 por mês, são: "Agronegócio" (32%), "Defesa Sanitária Animal" (31%), "Ensino e Pesquisa" (39%), "Laboratório de Produção e Insumos" (60%) e "Meio Ambiente" (39%).

Entre os profissionais que atuam na área de "Extensão Rural", 29% ganham mais de R\$ 7.500,00 por mês.

Outro ponto de destaque da pesquisa é em relação ao ingresso dos profissionais na pós-graduação: 71% da categoria no estado está cursando e/ou concluiu algum programa de especialização (cursos de aperfeiçoamento; especialização; mestrado; doutorado e/ou pós-doutorado).

Apesar do alto índice de acesso, é preciso discutir a relação estabelecida entre os Médicos Veterinários e a pós-graduação: muitos dos profissionais que não encontram oportunidades no mercado e/ou desejam melhores cargos, estão ingressando na pós-graduação, porém, esse ingresso ocorre muitas vezes de forma pouco orientada e focada, há muitos profissionais que ingressam, cada um, em diferentes áreas de pós-graduações, inclusive em áreas pouco relacionadas com as suas atuações profissionais. Dessa forma, o acesso à pós-graduação não se converte necessariamente em benefícios

reais para os profissionais.

Em relação às relações de trabalho, hoje temos 38% dos Médicos Veterinários atuando ou tendo alguma atuação como autônomos no estado. Apesar do regime de autônomo estar previsto em lei, acredita-se que uma parcela desses profissionais não esteja atuando como autônomo, mas sim como informal. É preciso muito cuidado em relação a essa situação, especialmente para evitar o aumento da informalidade da categoria nos próximos anos. Para isso, o SINDIVET-PR pretende conduzir uma nova pesquisa, dessa vez focando nos autônomos.

Ingressar em áreas de melhores oportunidades exige dos profissionais a busca por aprimoramentos e uma postura investigativa, especialmente pelo fato de que as faculdades, principalmente as particulares, têm norteado seus currículos para as áreas de pequenos animais, já que sabem que, muitas vezes, esse é o grande interesse dos alunos. Nesse sentido, é fundamental que os currículos de graduação e pós-graduação sejam revistos e estejam em maior consonância com o mercado.

Da mesma forma, para os profissionais que desejam ingressar no mercado de pequenos animais, as oportunidades existem, porém, é necessário um alto grau de especialização, para assim conseguir alcançar um bom posto de trabalho.

Como conclusão, sugere-se que as instituições de ensino estejam mais próximas das entidades de classe e do mercado, especialmente buscando a revisão dos currículos de graduação e pós-graduação, para que esses sejam reformulados de modo a estarem em maior consonância com o mercado e necessidades da sociedade. Além disso, é necessária uma atenção aos egressos, especialmente os recém-formados, buscando auxiliá-los nas dificuldades inerentes ao ingresso no

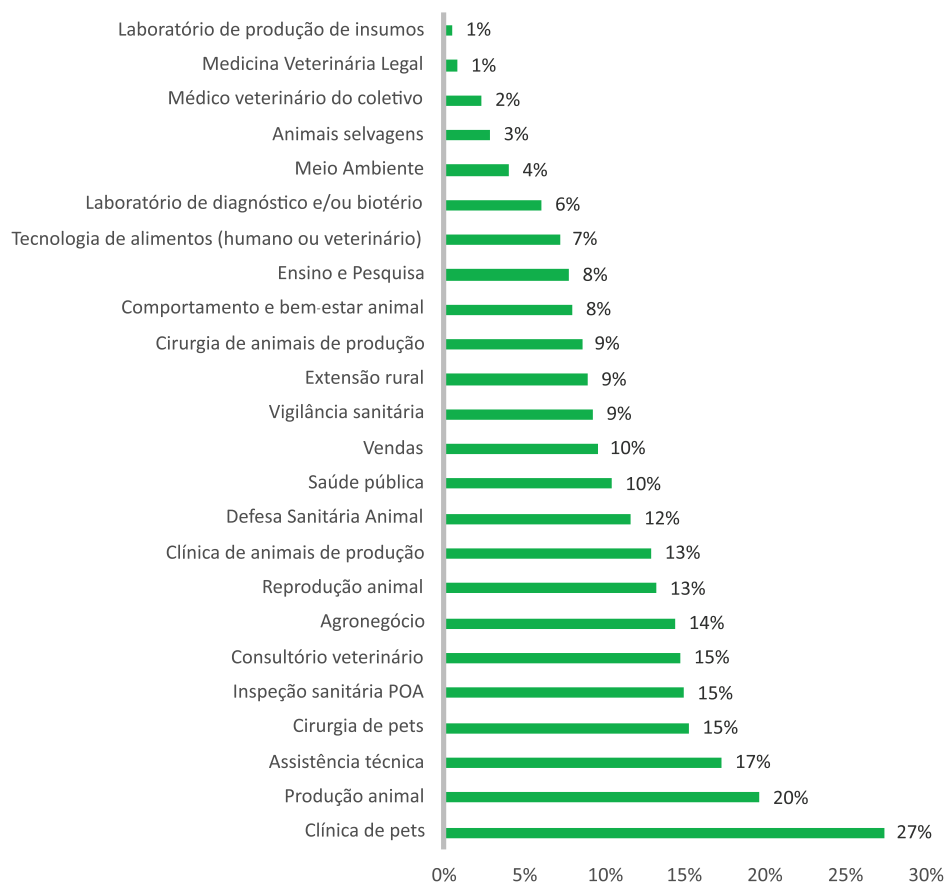
mercado de trabalho.

Da mesma forma, é importante a proatividade dos profissionais, que devem sempre buscar uma atuação ética e relevante, aprimoramento pessoal e profissional. A mesma postura vale para os alunos de graduação.

É necessário também que a população de forma mais ampla passe a reconhecer o Médico Veterinário como um profissional atuante e relevante em outras áreas, além de clínicas de pequenos animais. A Medicina Veterinária é um campo de atuação amplo e relacionado com a saúde e bem-estar animal, humano e do meio ambiente.

Atualmente, fala-se muito no conceito de *one health*, ou seja, pensar Homens-Animais-Meio Ambiente como fazendo

MAPEAMENTO DOS PROFISSIONAIS NO ESTADO - ÁREA DE ATUAÇÃO



parte de uma única cadeia, na qual a saúde de um depende da saúde de todos os outros componentes. Dentro desse contexto, a figura do Médico Veterinário é de extrema relevância. Com relação a esse ponto, destaca-se a necessidade das entidades representativas da classe, profissionais e entidades de ensino estarem mais envolvidas no desenvolvimento e formulação de políticas públicas.

O desenvolvimento da categoria é um desafio de todos os profissionais relacionados, buscando sempre uma Medicina Veterinária cada vez mais forte e atuante!

**Médico Veterinário
Cezar Amin Pasqualin**

Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Paraná (SINDIVET-PR)



A leishmaniose visceral é uma doença que pode ser encontrada na Ásia, Europa, Oriente Médio, África e nas Américas, e, apesar do grande risco endêmico que apresenta, ainda é muito negligenciada.

“Infelizmente a leishmaniose é uma doença negligenciada e, assim como a dengue, vamos aguardar ela aparecer para agir. Estamos esperando que a doença se espalhe ainda mais para podermos falar em prevenção”, lamentou Camila Jacques, presidente da comissão de saúde pública do CRMV-RS.

No Brasil a doença se espalhou por todas as regiões na década de 80. Dados do Ministério da Saúde apontam que 21 estados registraram casos de leishmaniose visceral humana até o início de 2015; as regiões Nordeste e Sudeste foram as que apresentaram os maiores índices, concentrados especialmente nos estados do Maranhão, Ceará e Minas Gerais. Além disso, os registros históricos apontam que a leishmaniose visceral leva aproximadamente 200 pessoas a óbito por ano. Já a região Sul do país foi a que menos registrou a doença tanto em humanos quanto em cães nesses 15 anos em que o Ministério da Saúde vem fazendo o monitoramento.

É importante que os profissionais saibam diagnosticar corretamente e falar sobre prevenção. Infelizmente a leishmaniose não é uma doença fácil de erradicar.

O começo do histórico da doença no Sul se deu em 2008, após nota técnica emitida pela Argentina na qual as autoridades alertavam sobre o risco da leishmaniose e o primeiro caso de LVC em Santo Tomé, fronteira com o Rio Grande do Sul. Demorou apenas um mês para que o município de São Borja-RS confirmasse o primeiro caso canino da região.

SAÚDE PÚBLICA

O papel do médico veterinário no controle e diagnóstico da leishmaniose visceral

Dois anos depois, em 2010, foi a vez de Santa Catarina apresentar um caso de leishmaniose visceral na região leste de Florianópolis. No Paraná o local de maior risco era o município de Foz do Iguaçu, em função das fronteiras com Argentina e Paraguai. De 2008 a 2012, alguns casos importados foram registrados: cães vindos do Mato Grosso e Belo Horizonte foram confirmados como reagentes.

Preocupado com a situação, o município elaborou um programa para monitorar a doença em seu território. O grupo teve início em 2012 e foi formado por professores da UFPR e da UEL, profes-

sionais da Secretaria da Saúde e médicos veterinários do Centro de Controle de Zoonoses. Com o monitoramento em ação, no mesmo ano foi registrada pela primeira vez no estado a presença do mosquito-palha.

❓ Só não tem leishmaniose onde não tem médico veterinário para identificar.❓

“A leishmaniose ter entrado no Paraná por Foz do Iguaçu foi algo positivo porque o município tem uma estrutura muito bem preparada para enfrentar essa situação. Nesse caso fizemos algo inverso ao comum, primeiro encontramos o vetor para depois encontrar o reservatório e por último um caso em humanos. A prevenção foi essencial para que quando a doença chegasse aos humanos não houvesse tanto agrave. Foi um trabalho exaustivo e de excelência”, comemora Ivana Belmonte, chefe do Centro de Vigilância Ambiental da Secretaria de Estado da Saúde.

Após a confirmação da presença do vetor no município, tanto a coleta de mosquitos quanto a pesquisa em cães foram ampliadas e o objetivo passou a ser a identificação de cães contaminados na mesma região em que o mosquito havia sido encontrado. Assim, em 2014 foi confirmada a presença de cães positivos e do vetor em todas as regiões de Foz do Iguaçu. Ainda no mesmo ano o serviço de diagnóstico de cães foi aberto para as clínicas particulares.

“A leishmaniose tem característica de ser uma doença que se espalha rapidamente, ela caminha. Com a presença do vetor e o trânsito indiscriminado de animais, a doença vai se disseminando. Os cães são levados e trazidos de regiões endêmicas sem controle algum, não é exigido exame”, explica Luciana Chyio, médica veterinária do CCZ de Foz.

Portanto era apenas questão de tempo para que o ciclo da doença se completasse com o diagnóstico do primeiro

caso de leishmaniose visceral em humanos. Procurando se adiantar à situação, houve a capacitação dos médicos veterinários do CCZ e de médicos da atenção básica e especializada sobre os sintomas e diagnóstico. Em julho de 2015 o ciclo se completou: um policial militar contraiu a doença, sendo o primeiro caso humano no Paraná. Nesse período de um ano, outras quatro pessoas tiveram diagnóstico positivo para a leishmaniose visceral; duas obtiveram sucesso no tratamento e outras duas foram a óbito.

Para o coordenador do CCZ, André Leandro de Souza, o trabalho de prevenção do município tem auxiliado no controle da doença. “O fato de a leishmaniose visceral ter começado aqui não nos assusta, em um breve espaço de tempo quero poder comemorar que a doença está sob controle”, afirma.

O monitoramento segue constante desde o início da pesquisa e estima-se que 23% da população canina de Foz do Iguaçu está contaminada. Só em 2015 foram realizados 2173 testes de cães suspeitos, sendo que 799 apresentaram resultado positivo para duas amostras. Neste ano, até o final de setembro, 469 cães foram dados como reagentes para a LVC.

É essencial que os profissionais de todas as áreas da saúde estejam atentos à doença para que os diagnósticos sejam feitos precocemente e para que a população seja orientada de maneira correta.

“É importante que os profissionais saibam diagnosticar corretamente e falar sobre prevenção. Infelizmente a leishmaniose não é uma doença fácil de erradicar, porque o mosquito se reproduz em matéria orgânica. Foz do Iguaçu possui muita área verde, rios, o que dificulta o controle do vetor. Então é importante



Folder orientativo

Além da orientação aos profissionais através do manual técnico e de eventos de capacitação, o CRMV-PR tem trabalhado junto à sociedade no combate à leishmaniose visceral. Em setembro foram impressos 100 mil folders orientativos com informações sobre os principais sintomas clínicos, o ciclo da doença e a prevenção; o objetivo é esclarecer a população, reafirmando a necessidade de levar os animais de estimação frequentemente ao médico veterinário para prevenir zoonoses.

orientar no sentido de não acumular matéria orgânica e de manter uma posse responsável dos cães^o, alerta Chiyo.

A pesquisa pelo vetor em municípios vizinhos também foi mantida e, até agora, nenhum deles registrou a presença do mosquito-palha. Quanto aos cães reagentes, de 2014 até setembro de 2016 pelo menos 17 municípios paranaenses enviaram amostras de sangue de cães suspeitos para a realização de teste rápido.

Foram 1539 exames, sendo 98,5% deles provenientes de Foz e o restante de cidades como Maringá,

Toledo e Realeza; nenhum outro município além de Foz, no entanto, possui casos autóctones.

Neste ano de 2016, no período de um mês, o estado do Rio Grande do Sul confirmou dois casos autóctones de



leishmaniose visceral em humanos, um em Porto Alegre e outro em Uruguaiana. No Mato Grosso do Sul, 68 pessoas já foram diagnosticadas somente de janeiro a setembro.

Embora os números assustem, estima-se que hajam muito mais casos de leishmaniose visceral canina e humana do que aqueles registrados oficialmente. ^aNo Mato Grosso só não tem leishmaniose onde não tem médico veterinário para identificar.

A doença é endêmica em Cuiabá e é um problema sério que precisa ser tratado^o, afirma o presidente do CRMV-MT, Verton Silva Marques.

O grande problema é a falta da notificação às secretarias estaduais de saúde em caso de suspeita. A leishmaniose visceral é uma doença de notificação obrigatória e, portanto, é obrigação do profissional informar as autoridades caso encontre pacientes cães ou humanos que apresentem os sintomas característicos.

É importante que o médico saiba quais são os sinais e sintomas que o cão apresenta para que ele possa questionar o paciente.

^aEm Florianópolis construímos um trabalho de controle e identificamos 250 casos de cães positivos desde 2010, mas acreditamos que o número real seja muito maior. Existe muita desinformação para a população por causa da eutanásia e as clínicas veterinárias acabam não notificando^o, explica Fábio Chaves de Melo, membro da comissão de saúde pública do CRMV-SC.

A situação é a mesma em quase todos os estados brasileiros e por isso as autoridades pedem mais investimentos para que pesquisas semelhantes à de Foz do Iguaçu sejam realizadas. Afinal, a capacitação dos profissionais e o monitoramento do vetor e dos reservatórios urbanos são essenciais para a prevenção.

Manual técnico

Pensando no diagnóstico e notificação, em novembro de 2015 o CRMV-PR desenvolveu com a coordenação dos professores Vanete Thomaz Soccol e Itamar Navarro o Manual Técnico de Leishmanioses Caninas. Com informações sobre sinais clínicos, transmissão e procedimentos necessários para o diagnóstico da doença em cães, o material é essencial não somente para médicos veterinários, mas para todos aqueles que atuam na saúde pública.

^aUma vez que haja suspeita de leishmaniose visceral no homem, é importante que o médico saiba quais são os sinais e sintomas que o cão apresenta para que ele possa questionar o paciente com relação às características do pelo, perda de peso. É necessário que seja feita uma investigação para que possamos controlar a leishmaniose, que é uma doença negligenciada e com poucas opções de tratamento^o, avalia o médico infectologista Felipe Tuon.

O lançamento oficial da versão impressa do manual foi realizado em setembro de 2016 em Foz do Iguaçu, durante evento que reuniu médicos veterinários, médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde pública; também participaram presidentes e vice-presidentes de quatro Conselhos Regionais de Medicina Veterinária.

^aA leishmaniose é uma doença de grande impacto na saúde pública pelo alto risco de transmissão aos humanos. Além disso, a falta de tratamento para cães dificulta seu controle. Por isso é essencial que os profissionais de todas as áreas da saúde estejam atentos à doença para que os diagnósticos sejam feitos precocemente e para que a população seja orientada de maneira correta^o, acredita o presidente do CRMV-PR, Eliel de Freitas.

O manual também pode ser encontrado gratuitamente em formato digital no site oficial do CRMV-PR www.crmv-pr.org.br.

Entra em vigor novo regulamento técnico do PNCEBT

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento divulgou no dia 3 de novembro a Instrução Normativa SDA nº 19, que coloca em vigor o novo regulamento técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT). O documento estabelece regras para venda e aplicação de vacinas, métodos de diagnóstico, controle de trânsito, entre outras determinações essenciais para o seu funcionamento.

A principal mudança é a classificação dos estados em seis níveis de risco para cada doença - desconhecido, alto, médio, baixo, muito baixo e desprezível -, o que permitirá definir ações específicas e mais adequadas para o controle e erradicação. A classificação é composta por dois indicadores: o primeiro deles é a prevalência das doenças de acordo com estudos padronizados pelo Mapa, que pode variar de A a E; e o segundo é a avaliação da qualidade das ações de defesa sanitária animal, medido de 0 a 3.

À medida em que a aplicação das normas do programa começa a surtir efeito, abaixando os índices de ocorrência das doenças, são necessárias reformulações. O novo regulamento técnico traz medidas que vêm a preencher lacunas que existiam no regulamento antigo e que foram detectadas com o passar do tempo, bem como evolui quando cria a classificação dos estados quanto à incidência das enfermidades, índices de vacinação, acredita Carlos Costa, presidente Comissão Estadual de Defesa Sanitária e Sanidade Animal do CRMV-PR.

De início os estados serão classificados apenas com base na prevalência (de A a E), sendo todos sucedidos do indicador 0. Posteriormente o Mapa realizará auditoria no Serviço Veterinário Oficial (SVO) de cada estado para definir o indicador referente à qualidade da execução das ações. Atualmente o Paraná é classificado como B0 - risco baixo - tanto para



Foto Shutterstock

vam medidas e legislações mais específicas. Essa mudança de estratégia permite que as ações sejam mais apropriadas a cada situação, avalia o auditor fiscal federal agropecuário Diego Leonardo Rodrigues, da Divisão de Defesa Agropecuária do Paraná.

A classificação também terá influência nas medidas de controle de trânsito. Animais provenientes de estados com classificação de risco muito baixo ou desprezível, por exemplo, não precisam apresentar exames para o transporte - exceto quando o animal for destinado à reprodução. Os animais de propriedades certificadas como livre das doenças também não necessitam dos exames para a emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA).

Com relação à vacinação contra brucelose, o novo regulamento abre ao produtor a possibilidade de escolha entre as vacinas B19 e RB51. Na normativa anterior, o uso da vacina B19 era obrigatório e exclusivo para fêmeas entre três e oito meses e a RB51 era utilizada como reforço vacinal ou como alternativa para o produtor que não havia vacinado no

brucelose quanto para tuberculose.

Até então o programa tinha uma norma federal única para todo o Brasil e os estados que apresentavam menor prevalência aplica-

Tabela de classificação de risco para tuberculose bovina e bubalina

Prevalência Focos (%)	Classe	Nível			
		Inicial	Qualidade da execução das ações		
			Baixa	Média	Alta
< 2	A	0	1	2	3
≥ 2 < 3	B	0	1	2	3
≥ 3 < 6	C	0	1	2	3
≥ 6	D	0	1	2	3
desconhecida	E	0	0	0	0

Onde:
E0 - Risco Desconhecido
B0, B1, B2 - Risco baixo

D0, D1, D2 e D3 - Risco alto
B3, A0, A1 e A2 - Risco muito baixo

C0, C1, C2 e C3 - Risco médio
A3 - Risco desprezível

Tabela de classificação de risco para brucelose bovina e bubalina

Prevalência Focos (%)	Classe	Nível			
		Inicial	Qualidade da execução das ações		
			Baixa	Média	Alta
<2	A	0	1	2	3
≥ 2 < 5	B	0	1	2	3
≥ 5 < 10	C	0	1	2	3
≥ 10	D	0	1	2	3
desconhecida	E	0	0	0	0

Onde:

E0 - Risco Desconhecido
B0, B1, B2 - Risco baixo

D0, D1, D2 e D3- Risco alto
B3, A0, A1 e A2 - Risco muito baixo

C0, C1, C2 e C3 - Risco médio
A3 - Risco desprezível

período correto; agora ambas são permitidas nesse período de três a oito meses. Após o animal completar oito meses, pode-se ainda utilizar a RB51 para revacinação.

Além disso, a marcação das fêmeas vacinadas entre três e oito meses de idade com ferro candente ou nitrogênio líquido é obrigatória. A marca deve ser feita no lado esquerdo do rosto do animal, mas varia de acordo com a vacina utilizada: animais vacinados com a vacina B19 devem ser marcados com o algarismo final do ano de vacinação; já aqueles que forem vacinados com a vacina RB51 devem receber a marca de um V, com medidas especificadas pelo regulamento.

A comprovação da vacinação também é obrigatória e deve ser feita através de atestado emitido por um médico veterinário cadas-

trado e entregue a cada seis meses ao Serviço Veterinário Estadual.

Quanto aos animais reagentes, é necessário isolá-los do restante do rebanho e afastá-los da produção leiteira. Será preciso, ainda,

Medidas para controle e erradicação da brucelose de acordo com a classificação:

Classe E

- vacinação com cobertura vacinal de animais acima de 80%;
- estudo epidemiológico.

Classes C e D

- vacinação com cobertura vacinal de animais acima de 80%.

Classe B

- vacinação com cobertura vacinal de animais acima de 80%;
- vigilância epidemiológica para detecção de focos.
- saneamento obrigatório dos focos detectados;

Classe A

- vigilância epidemiológica para detecção de focos.
- saneamento obrigatório dos focos detectados;

Medidas para controle e erradicação da tuberculose de acordo com a classificação:

Classe E

- estudo epidemiológico de tuberculose;

Classes A, B, C e D

- vigilância para detecção de focos;
- saneamento obrigatório dos focos detectados.

proceder a marcação com ferro ou nitrogênio líquido da marca previamente estabelecida pelo Mapa: um P dentro de um círculo de oito centímetros de diâmetro no lado direito do rosto do animal.

Em um prazo máximo de 30 dias do diagnóstico o animal reagente deve ser abatido em estabelecimento sob serviço de inspeção oficial, o qual deve ser notificado da chegada do mesmo com antecedência mínima de 12 horas.

Outra medida que consta na Instrução Normativa diz respeito à destinação de animais reagentes positivos para brucelose: se a carcaça não apresentar lesões, a carne será liberada para consumo após o abate. Medida que, de acordo com Carlos Costa, ^apode melhorar as informações de animais reagentes e positivos, evoluindo assim para uma eficiência maior do programa^o. Houve alterações também nos critérios para certificação de propriedades, extinguindo-se a categorização de ^apropriedades monitoradas^o. Para propriedades que desejarem obter a certificação de livre de brucelose, tuberculose ou ambas, o processo se tornou mais ágil: são necessários dois testes negativos com um intervalo de 6 a 12 meses. O certificado será emitido pelo Serviço Veterinário Estadual e terá validade nacional.

Essas são apenas algumas das diversas medidas contidas no novo regulamento, que já está em vigor e deve ser aplicado pelos médicos veterinários e produtores de todo o Brasil. Embora ainda sem cronograma definido, o Mapa espera realizar eventos para difundir as alterações.

^aQueremos chamar todos os colegas para discutir as novidades e mudanças do programa para que eles participem ativamente e isso se torne uma realidade^o, destaca Rodrigues, que afirma ser essencial a integração dos serviços veterinários oficiais e dos médicos veterinários da iniciativa privada para o bom funcionamento do PNCEBT.

Os profissionais que tiverem dúvidas sobre a IN podem entrar em contato com uma das Unidades Veterinárias da Adapar espalhadas pelo estado, ou diretamente com o Mapa pelo e-mail: ssa-pr@agricultura.gov.br.

50 ANOS DA ZOOTECNIA

Do campo ao escritório, o zootecnista mostra a sua versatilidade



Foto: www.lingbuenos.com

Continuando a comemoração dos 50 anos da zootecnia no Brasil, trazemos duas entrevistas com profissionais paranaenses que atuam em áreas pouco conhecidas. Um deles é Diego Ghedini Gheller, fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); sua função abrange fiscalizações e inspeções em estabelecimentos que produzem certos tipos de produtos de origem animal, além da parte administrativa em projetos ligados ao desenvolvimento agropecuário. Gheller explica tudo aqui, confira:

Qual é a função de um fiscal federal agropecuário?

O FFA tem funções bastante am-

plas. Todas estão previstas na Lei 10883/2004, mas de modo geral fazem parte das funções as áreas de inspeção de produtos de origem animal e vegetal, defesa sanitária animal e vegetal, fiscalização de insumos agropecuários e atividades inerentes à competência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, inclusive

❓O zootecnista possui uma preparação acadêmica muito boa nas áreas que fazem o elo entre a produção vegetal e animal, em especial a nutrição animal.❓

as ações ligadas ao desenvolvimento agropecuário e política agrícola.

Você participa de inspeções?

Como zootecnista, as ações de inspeção e fiscalização ocorrem principalmente em estabelecimentos que produzem insumos destinados à alimentação animal, dentre eles fábricas de rações, suplementos minerais, derivados de soja (óleo e farelo), milho, trigo, processadoras de produtos de origem mineral (calcário, fosfato, micronutrientes), fábricas de aditivos.

As fiscalizações são planejadas de acordo com o grau de risco do estabelecimento, que recebe menos ou mais

fiscalizações no decorrer do ano, onde são feitas colheitas de amostras, verificação de controles internos, checagem das Boas Práticas de Fabricação, rastreabilidade de ingredientes, etc.

Atuo também em áreas de desenvolvimento agropecuário, como o Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), Indicações Geográficas, Zoneamento Agrícola e acompanhamento de convênios na área de cooperativismo, bem como em demandas relacionadas à rastreabilidade animal (SISBOV).

☒ São 50 anos ajudando o Brasil a se tornar um gigante na produção de proteína animal e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade ☒

Como avalia a importância do profissional de zootecnia na fiscalização federal?

O zootecnista possui uma preparação acadêmica muito boa nas áreas que fazem o elo entre a produção vegetal e animal, em especial a nutrição animal. Nas ações de fiscalização esse conhecimento facilita bastante o entendimento quanto à qualidade do produto que está sendo fiscalizado, tanto em termos nutricionais quanto em relação a eventuais riscos, como micotoxinas, contaminantes inorgânicos e microbiológicos, resíduos de aditivos e medicamentos. Portanto, a qualidade na alimentação animal está ligada diretamente à saúde humana e o zootecnista, pela especialidade nata na área, se constitui profissional extremamente apto ao desempenho de controles neste setor.

Dentro das áreas de fiscalização o zootecnista também possui papel importante no registro genealógico de animais, rastreabilidade animal, labo-



Foto: www.pdffree7

ratórios de análise de alimentos, bem como todo setor que esteja amparado por índices zootécnicos, como o bem-estar animal, zootecnia de precisão e certificação zootécnica, todos eles trabalhados no âmbito do MAPA e também nos Órgãos Estaduais de Defesa Agropecuária.

Você já tinha interesse pela área de fiscalização ou surgiu a oportunidade?

A entrada na área de fiscalização ocorreu por concurso público, por se tratar de Órgão Governamental. A vontade de atuar na fiscalização sempre esteve presente, em especial no setor de alimentação animal, área de interesse desde os tempos que antecederiam a universidade.

Já atuou em outras áreas? Quais?

Já atuei na área do ensino, como professor na UTFPR e também na área de desenvolvimento e fomento agropecuário na Secretaria Estadual de Agricultura do RS (Porto Alegre-RS), quando tive a oportunidade de participar da construção do PRODELACT

(Programa de Desenvolvimento do Setor Lácteo do RS) e na formação das Câmaras Setoriais Agropecuárias do Rio Grande do Sul.

Em 2016 a zootecnia completa 50 anos no Brasil. Por que escolheu esta profissão?

A zootecnia é uma profissão de apaixonados pelo campo e comigo não é diferente. Sempre digo que o zootecnista consegue visualizar a propriedade com uma visão "helicóptero", ampla e por diversos ângulos, onde planeja ações de melhoria de produtividade e lucratividade compactuando com preservação ambiental e gestão rural. Mesmo quando o profissional atua a nível de indústria, o foco nunca deixa de ter ações a nível de campo. E isso é o que mais chama a atenção na profissão e foi o que me cativou. É um orgulho muito grande fazer parte destes 50 anos de zootecnia. São 50 anos ajudando o Brasil a se tornar um gigante na produção de proteína animal e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade.

? O comércio está em tudo o que fazemos ?

Já para Fábio Jamus Rodrigues, que é gerente comercial de uma indústria de suplementos minerais para animais, a rotina é de muitas viagens para visitar propriedades de clientes. Embora seja uma área de atuação pouco procurada pelos profissionais, Jamus afirma que as oportunidades de trabalho são boas e que é preciso deixar de lado o preconceito. Confira a entrevista:

Qual é a função de um gerente comercial em uma indústria de suplementos minerais para animais?

Aprendemos na zootecnia que sempre é possível fazer algo melhor, mais produtivo e eficiente. Estes pontos também são condição para quem tem interesse pelo mundo corporativo, a indústria de suplementos minerais é pura zootecnia.

A minha função passa por pessoas, administração, liderança, capacidade de implementar ações e acompanhamento. Também faz parte da atribuição estar atento a todas as movimentações do mercado que possam gerar oportunidades ou ameaças às pessoas e negócios. O relacionamento interpessoal com equipe e clientes aliado a um comportamento criativo me motivam muito neste segmento.

Qual é a sua rotina de trabalho?

O tempo é nosso bem mais precioso e como todos procuro me organizar com antecedência para não ser atropelado pelos acontecimentos. Meu trabalho envolve muitas viagens e visitas a propriedades, o que me agrada muito.

Procuro distinguir assuntos urgentes dos importantes para que tudo seja



Foto: www.chamalfarmx/

bem feito e o produtor tenha seus resultados e objetivos cumpridos.

Como o profissional de zootecnia se destaca nessa área de atuação?

A zootecnia é fundamental na minha atividade. Cada vez mais o produtor está buscando produtividade e eficiência, o que vem de encontro com a nossa profissão.

As pessoas são influenciadas de formas diferentes durante o curso, mas a zootecnia e a lida com animais me tornou uma pessoa observadora.

Quais características são essenciais para a área comercial?

Eu não sabia que queria ser um gestor, aos poucos o destino foi me conduzindo. Fui me identificando com isso e procurando adquirir conhecimentos da área.

Tive bons professores durante a graduação e também no meu ambiente de trabalho, gente que teve muita paciência

comigo e me orientou bem. Tive muita sorte com isso e é preciso reconhecer o mérito dos meus mestres!

Mas, para quem tem interesse, acho importante citar que não tenham medo ou preconceito com a área comercial. Quando se descobre o mundo do profissional de vendas se observa que o comércio está em tudo que fazemos... até nas coisas mais simples!

E não esperem condições ideais para agir, pois nunca haverá.

Em 2016 a zootecnia completa 50 anos no Brasil. Por que escolheu esta profissão?

Fui criado em ambiente rural e sempre quis que a minha vida fosse ligada ao campo e aos animais. A zootecnia foi o curso que mais me identifiquei no momento da escolha e faria tudo de novo!

Parabéns a todos zootecnistas pelos 50 anos de contribuição e desenvolvimento da agropecuária do nosso Brasil.

Publicações

Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses

O Ministério da Saúde publicou o ^aManual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses^o para consulta de profissionais ligados à saúde pública.

O arquivo conta com informações sobre as principais zoonoses do país, como a raiva e as leishmanioses, além de elencar as responsabilidades dos centros de zoonose e dos laboratórios. O manual aborda ainda as atividades a serem desenvolvidas para a prevenção e controle das zoonoses, a destinação de animais em óbito, além de detalhes sobre inspeção zoossanitária e ações educativas voltadas à população.

Disponível em: portalsaude.saude.gov.br

Captação de água de chuva e armazenamento em cisterna para uso na produção animal

A Embrapa lançou o guia ^aCaptação de água de chuva e armazenamento em cisterna para uso na produção animal^o com orientações sobre como calcular o tamanho ideal de cisterna e seus benefícios. O material apresenta ainda estudos de caso de propriedades que passaram a utilizar o sistema. A cisterna, além de promover a segurança hídrica, contribui para a viabilidade econômica da propriedade rural; a água armazenada pode ser utilizada para irrigação, limpeza e resfriamento de instalações, reduzindo os custos da produção animal e os impactos ambientais.

Disponível em: www.bdpa.cnptia.embrapa.br

Guia de Coleta de Dados de Ceratoconjuntivite Bovina Infecciosa (CBI)

Esta publicação técnica da Embrapa traz orientações para a coleta de dados sobre a ceratoconjuntivite bovina infecciosa (CBI), doença contagiosa que atinge os olhos dos bovinos.

O objetivo do estudo é coletar dados em surtos de CBI para verificar o grau de resistência dos animais à patologia.

Disponível em: www.bdpa.cnptia.embrapa.br

Perspectivas para a Agropecuária Nacional em 2016/2017

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou um documento em que apresenta as perspectivas para a agropecuária nacional em 2016/2017.

O arquivo contém informações sobre a safra de grãos e a produção de carne, estimando números de importação, exportação e preços. Uma das estimativas aponta que o Brasil pode fechar o ano com um aumento 8,5% nas exportações de carne, cerca de 1,8 mil toneladas a mais que em 2015.

Disponível em: www.conab.gov.br

Manual prático para acompanhamento genético em rebanhos comerciais de gado de corte

A Embrapa elaborou este manual com o intuito de resumir informações úteis para o acompanhamento de rebanhos comerciais de corte que incluam animais geneticamente superiores e que façam uso de biotécnicas reprodutivas. O material recolhido poderá ser utilizado como apoio para as atividades de disseminação do projeto PoloGen, que visa a obtenção de melhores índices produtivos a partir do monitoramento genético.

Disponível em: www.bdpa.cnptia.embrapa.br



Resolução nº 1117, de 12 de agosto de 2016

Fixa os **valores das anuidades** de pessoas físicas e jurídicas, taxas e emolumentos, para o exercício de 2017, devidos aos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária - CFMV/CRMVs -, e dá outras providências.



Pessoa física
e microempreendedor individual

R\$ 488,00

* Mantêm-se as datas de parcelamento previstas no artigo 2º da Resolução CFMV nº 867, de 19/11/2007

Descontos
para pagamento à vista

15%

Para o pagamento feito até 31/01/2017

10%

Para o pagamento feito até 28/02/2017

5%

Para o pagamento feito até 31/03/2017

Outros valores

- R\$ 68,00**
Inscrição de pessoa física (principal e secundária)
- R\$ 68,00**
Expedição de cédula de identidade profissional
- R\$ 79,00**
Certificado de regularidade
- R\$ 126,00**
Anotação de Responsabilidade Técnica
- R\$ 204,00**
Registro de pessoa jurídica
- R\$ 110,00**
Substituição ou 2º via de cédula
- R\$ 128,00**
Registro de título de especialista
- R\$ 95,00**
Renovação de Responsabilidade Técnica

Pessoa jurídica
Anuidade cobrada de acordo com a faixa de capital social

Faixa 1: Capital social até R\$ 50.000

R\$ 677,00



Faixa 2: Capital social acima de R\$ 50.000 até R\$ 200.000

R\$ 1.360,00



Faixa 3: Capital social acima de R\$ 200.000 até R\$ 500.000

R\$ 2.042,00



Faixa 4: Capital social acima de R\$ 500.000 até R\$ 1.000.000

R\$ 2.714,00



Faixa 5: Capital social acima de R\$ 1.000.000 até R\$ 2.000.000

R\$ 3.392,00



Faixa 6: Capital social acima de R\$ 2.000.000 até R\$ 10.000.000

R\$ 4.074,00



Faixa 7: Capital social acima de R\$ 10.000.000

R\$ 5.434,00





POR DENTRO DO CRMV-PR

Colaboradores do CRMV-PR se unem em ações socioambientais

Em julho deste ano o CRMV-PR consultou seus colaboradores da sede e das delegacias regionais para saber se os mesmos estariam dispostos a trocar os copos descartáveis por uma caneca de porcelana e, assim, ajudar a cuidar do meio ambiente; a proposta foi aceita imediatamente pela maioria e em agosto as canecas foram entregues, dando início à campanha ^aAdote uma Caneca^o.

^aPequenas atitudes não nos custam nada. Aprovo medidas de consciência ambiental e fico muito feliz que o CRMV-PR esteja participando da campanha ^bAdote uma Caneca^o porque utilizamos mais que um copo descartável por dia e isso multiplicado pelo número de funcionários totaliza uma grande quantidade de lixo^o, avalia a assistente administrativa Lucineia de Oliveira.

A iniciativa foi ideia do presidente Eliel de Freitas, que acredita na responsabilidade

socioambiental da organização.

Ao consultar a Seção de Manutenção, Patrimônio e Almojarifado, viu-se que no ano de 2015 foram utilizados 35 mil copos descartáveis, uma média de 2,9 mil por mês.

^cMuito se fala a respeito de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, mas ainda são raras as ações efetivas para reduzirmos o impacto que geramos na natureza^o

Considerando que a Autarquia conta atualmente com 57 colaboradores e assumindo que cada um utilizava aproximadamente dois copos plásticos por dia, tínhamos a utilização de 2,2 mil unidades por mês somente pelos funcionários ^do que representava

75% do total mensal. Com a troca pelas canecas esse número já reduziu 58%.

Além da utilização das canecas, o CRMV-PR vem incentivando a lavagem e secagem das mesmas na cozinha, evitando assim o uso desnecessário do papel toalha colocado nos banheiros. Isso porque os papéis utilizados para fins sanitários, como papel higiênico e papel toalha, não podem ser reciclados.

Para o colaborador Fábio Miotto a iniciativa ainda é um passo pequeno, mas que pode trazer novas boas ações. ^eMuito se fala a respeito de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, mas ainda são raras as ações efetivas para reduzirmos o impacto que geramos na natureza. Mais do que a boa intenção, todos nós temos uma grande responsabilidade sobre o tema. O impacto que geramos no meio em que vivemos ainda é muito grande em relação às ^fimi-

das medidas que aplicamos para reduzi-lo, por isso o conceito de melhoria contínua é de suma importância quando tratamos da questão ambiental^o, alerta.

Por isso outras maneiras de colaboração têm sido promovidas, como o descarte correto de lâmpadas, pilhas e baterias. Há anos a seção de manutenção entrega mensalmente os materiais inutilizados da Autarquia à prefeitura, serviço esse que agora é estendido a todos os colaboradores que tiverem material para descarte.

“Dentro do CRMV-PR temos algumas iniciativas em fase de estudo e outras já sendo aplicadas, como a coleta seletiva, descarte adequado de lixo tóxico (medicamentos, lâmpadas, pilhas, baterias entre outros), e a mais recente que é a adoção de canecas. Quem sabe não seja uma boa oportunidade para a criação de um banco de ideias em que todos os colaboradores possam contribuir e fazer parte de nossa cultura organizacional. Fica a dica!^o, diz Fábio, mostrando que vontade de colaborar é o que não falta.

Afinal, como ressalta Lucineia, “ficar contente ninguém quer, não é? Então também não deveríamos querer que o meio ambiente fique, para tanto é necessário que tenhamos responsabilidade socioambiental^o.

Capacitação de lideranças

Entre novembro e dezembro os líderes de área do CRMV-PR participarão do Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), um curso de capacitação de 32 horas que tem como objetivo desenvolver as habilidades e competências necessárias para que se tornem líderes eficazes.

Atualmente a Autarquia conta com 15 seções e 57 colaboradores, sendo 10 líderes de área os quais participarão do curso; serão oito módulos abrangendo gestão de conflitos, comunicação, motivação, feedback, gestão de pessoas, gestão de tempo e delegação de tarefas.

Além disso os líderes também apresentarão no final de dezembro, para colaboradores e diretoria, os resultados da sua seção no ano corrente e o planejamento para 2017.

Outubro Rosa e Novembro Azul



Os colaboradores do CRMV-PR se uniram nas campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul, mostrando seu apoio a ambas as iniciativas na prevenção ao câncer de mama e ao câncer de próstata. O câncer é uma das principais causas de morte em humanos e animais no mundo todo, por isso visitas regulares ao médico e ao médico veterinário para a realização de exames de rotina são essenciais.



Homenagem ao doutor Sérgio Coube Bogado

Clotilde de Lourdes Branco Germiniani (*)

Nascido em 17 de abril de 1930, em Niterói e falecido na mesma cidade, em 15 de maio de 2016, portanto com 86 anos de idade, o Professor Doutor Sérgio Coube Bogado foi, certamente, um dos médicos veterinários de maior destaque na segunda metade do século XX e início do século XXI, contribuindo para o progresso e a divulgação dos conhecimentos de medicina veterinária.

Doutor Bogado fez seu curso secundário em Niterói e ingressou na Escola Fluminense de Medicina Veterinária, que desde 1960 se integrou à Universidade Federal Fluminense. Formado em 1952 foi aprovado em concurso de provas e títulos do Ministério da Agricultura. Seu primeiro posto de trabalho foi chefe do posto de vigilância sanitária animal em Jaguariaíva - PR. Na realidade, estava iniciando uma longa temporada de moradia no interior do Paraná, pois, na sequência, foi nomeado chefe do laboratório de fabricação de produtos biológicos em Castro - PR e, posteriormente, foi coordenador do setor de fisiopatologia da reprodução e inseminação artificial no estado do Paraná. Competente, estudioso e com grande capacidade de trabalho, Doutor Bogado transformou o Laboratório de Castro em um ponto de referência na preparação de soros e vacinas. Ao longo dos anos, desde o posto de vigilância sanitária animal, foi ampliando seus conhecimentos através de cursos e/ou estágios nos mais diferentes países. Em uma minuta biográfica publicada por um colega de Niterói-RJ, Doutor Rufino Antunes de Alencar Filho, aparecem referências a seus conhecimentos nas áreas de produção e controle de vacinas. Foi considerado uma das maiores autorida-



des brasileiras na fabricação de vacinas e soros e no controle de raiva, peste suína, febre aftosa e brucelose. Na realidade suas atividades envolveram, também, a peste suína africana, a leptospirose e a doença de Aujeszky, além das anteriormente citadas, entre as quais a peste suína clássica.

O Professor Doutor Sérgio Coube Bogado foi, certamente, um dos médicos veterinários de maior destaque na segunda metade do século XX e início do século XXI, contribuindo para o progresso e a divulgação dos conhecimentos de medicina veterinária.

Em função de seu trabalho, estagiou ou fez cursos nas mais importantes instituições de pesquisa existentes na época. Segundo o já citado Doutor Rufino, os colegas se referiam a Doutor Bogado como um "Globe-Trotter da Ciência", podendo ser listados como países em que esteve estudando Portugal, Espanha, Uruguai, Paraguai, Colômbia, México, Estados Unidos, França, Finlândia, Noruega, Suécia, Japão, China, Austrália, Rússia, República Dominicana, Índia e

Argentina. Trabalhou com afinco, estudou muito e, além de ser competente, sabia reunir alguns colegas ou mesmo representantes de outras categorias profissionais e formar um grupo de trabalho eficiente. Aliava à competência profissional uma grande bondade e um comportamento ético absolutamente impecável, sendo extremamente dedicado aos amigos. Em Castro, atuou como professor e foi fundador do Ginásio Estadual Major Vespasiano Carneiro de Mello, foi o 1º presidente da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos de Castro e fundou o Colégio Comercial Carlos Decker. Muito entrosado na comunidade castrense, foi sócio-fundador e primeiro presidente do Lions Club de Castro. Ainda em Castro foi inspetor federal do Colégio São José. Em 1970, levando-se em conta todas estas atividades, foi homenageado na Câmara Municipal de Castro-PR com o título do Cidadão Honorário, sendo enfatizadas suas relevantes atividades como médico veterinário e como cidadão.

Em 23 de outubro de 1968 foi promulgada a Lei 5517, dispondo sobre o exercício da profissão de médico veterinário e criando os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária. O projeto de Lei havia sido apresentado pelo ilustre Deputado Sadi Coube Bogado, médico e irmão do nosso homenageado. Doutor Sérgio Bogado foi conselheiro suplente da primeira gestão do Conselho Federal de Medicina Veterinária - de 1969 a 1972, sendo presidente nosso colega Doutor Ivo Torturella. Paralelamente, Doutor Bogado coordenou a implantação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado do Paraná, realizando-se uma eleição em 09 de setembro de 1969. Foi eleito primei-

ro presidente do CRMV-PR o Professor Doutor José Quirino dos Santos, que assumiu a presidência e logo deu início ao registro de colegas que foram se filiando ao Conselho. Doutor Quirino comandou, também, as etapas necessárias para o pleno funcionamento desta Autarquia federal.

Doutor Bogado foi presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado do Rio de Janeiro de 1987 a 1990.

Nesta ocasião ficou evidente que o novo presidente era um sanitarista de excelente formação. Aliás, ele sempre dizia que "enquanto o médico cuida do homem, o médico veterinário cuida da humanidade". No período de 2002 a 2005 foi tesoureiro do Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado do Rio de Janeiro.

¶ Foi considerado uma das maiores autoridades brasileiras na fabricação de vacinas e soros e no controle de raiva, peste suína, febre aftosa e brucelose

Como consequência de sua excelente capacitação, Doutor Bogado foi consultor da Organização Pan-Americana de Saúde e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, tendo colaborado, também, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, orientando bolsistas nas áreas de sua especialização.

Doutor Bogado foi professor da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Fluminense e foi chefe do laboratório de controle de alimentos e de rações da Universidade Federal Fluminense. Seu trabalho foi muito valorizado e funcionou como referência para quem precisasse incrementar seus conhecimentos nas áreas de inspeção e tecnologia de produção de alimentos. Seu êxito era evidente, também, com os alunos pois foi, em três ocasiões, para-

ninco de turma de formandos.

Outra ocasião, já mais recente, em que foi fundamental sua participação, foi a criação da Academia Brasileira de Medicina Veterinária. A idéia de criação da academia foi trazida da França pelo Professor Doutor Guilherme Edelberto Hermsdorff que, recém formado na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária da Universidade do Brasil, foi para a Escola Nacional Veterinária de Alfort (1926 - 1929) e lá teve contato com a Academia Francesa de Medicina Veterinária. Voltou entusiasmado querendo fundar uma congênere brasileira; apesar de lutar por seu propósito, não teve êxito e passou a incumbência a seu sucessor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Professor Doutor Jadyr Vogel. Foi uma longa história e, finalmente, em 09 de setembro de 1983 foi criada a Academia Brasileira de Medicina Veterinária (ABRAMVET); em 02 de outubro de 1986 aconteceu a instalação solene da academia e foram empossados os seus membros titulares. Doutor Bogado esteve ao lado do Professor Jadyr em todos os passos necessários para se iniciar o funcionamento da ABRAMVET e, sendo membro titular fundador, foi vice-presidente nas primeiras diretorias da academia e, ao longo de sua vida, sempre esteve ligado à ABRAMVET, trabalhando pelo progresso da entidade. Uma atividade notável realizada pela ABRAMVET foi apoiar e orientar a criação e a implantação de academias estaduais de medicina veterinária. Alguns acadêmicos de academias estaduais recém fundadas se dispuseram a colaborar e, em 31 de dezembro de 2001, estavam em plena atividade a Academia Brasileira de Medicina Veterinária e mais cinco academias estaduais.

Outro empreendimento de grande significado que seguiu o planejamento do Professor Bogado foi o Laboratório Nacional de Referência Animal - LANARA, construído em Pedro Leopoldo, Minas Gerais. Este Laboratório, da maior importância para o desenvolvimento da medi-

cina veterinária brasileira, foi criado pelo Ministério da Agricultura na Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, sendo responsável pelo apoio laboratorial às atividades técnico-científicas de responsabilidade das Secretarias de Defesa Sanitária Animal, de Fiscalização Agropecuária e de Inspeção Sanitária e Tecnológica de Produtos de Origem Animal. Para a construção foi estabelecido um convênio entre a Organização Pan-Americana de Saúde e os Ministérios da Agricultura e da Saúde. Justamente, Doutor Sérgio Bogado foi designado pela Organização Pan-Americana de Saúde para atuar como consultor técnico viabilizando a construção do LANARA. Doutor Bogado se empenhou ao máximo, inclusive viajou para conhecer detalhes dos melhores laboratórios do mundo, assim o LANARA foi construído e aparelhado dentro dos moldes de entidades congêneres de alto nível.

Tendo exercido múltiplas atividades, sempre com grande êxito, Doutor Bogado recebeu um sem número de homenagens sendo difícil colocar uma longa lista destas homenagens dentro do espaço de um artigo.

Doutor Bogado reunia alguns traços marcantes: grande competência e grande capacidade de trabalho - fazendo com que alguns colegas se referissem a ele como um "trabalhador incansável" - era extremamente honesto e dedicado, além de tudo, tinha uma família muito bem estruturada e, sendo alegre, comunicativo e dono de grande bondade, fez amigos em todos os lugares por onde passou. Sua imagem era a de um homem feliz pelo cumprimento brilhante de suas atividades profissionais e pela alegre convivência com sua bela família e com seus amigos. Para encerrar: foi meu padrinho na Academia Brasileira de Medicina Veterinária!

(*) Professora Titular (Aposentada) da UFPR, Membro do Centro de Letras do Paraná, da Academia Paranaense de Medicina Veterinária, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, da Academia Brasileira de Medicina Veterinária e da Academia Paranaense de Letras.

Transparência

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS ARRECADADAS E DESPESAS PAGAS

PERÍODO: JANEIRO A SETEMBRO/2016

Receitas	R\$	%
Anuidades de Pessoas Físicas	2.813.138,58	37,28%
Anuidades de Pessoas Jurídicas	2.969.592,68	39,35%
Subtotal	5.782.731,26	76,63%
- Taxas e Emolumentos	429.988,75	5,70%
- Recuperação de Despesas com Custas Processuais	16.260,32	0,22%
- Recuperação de Despesas com Custos de Cobrança	7.389,22	0,10%
- Juros de Mora, Atualização Monetária e Multas por Mora	288.006,69	3,82%
- Multas por Infração e Eleitoral	25.186,29	0,33%
- Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	643.621,42	8,53%
- Dívida Ativa	269.444,30	3,57%
- Outras Receitas (*)	22.360,29	0,30%
- Alienação de Bens Móveis	61.242,80	0,81%
Total (A)	7.546.231,34	100,00%

Itens	Despesas	R\$	%
(1)*	Pessoal, Encargos e Benefícios	2.599.605,92	50,83%
(2)*	Material de Consumo	154.291,31	3,02%
(3)*	Diárias de Empregados, Conselheiros e Colaboradores Eventuais	272.880,00	5,34%
(4)*	Serviços de Terceiros Pessoas Físicas	150.308,82	2,94%
(5)*	Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas	1.246.053,45	24,37%
(6)*	Auxílios - Transferências a Instituições Privadas	59.000,00	1,15%
(7)*	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.707,62	0,31%
(8)*	Demais Despesas Correntes	101.859,70	1,99%
(9)*	Investimentos, Ações e Equipamentos e Material Permanente	514.160,01	10,05%
Total (B)	5.113.866,83	100,00%	

Superávit C = A - B	2.432.364,51	32,23%
----------------------------	---------------------	---------------

(*) Outras Receitas: Recuperações de Despesas, Indenizações e/ou Restituições.

Méd. Vet. Eliel de Freitas

CRMV-PR Nº 0826

Presidente

Claudecir José Munhoz

CO-CRC-PR Nº 036776/O-0

Contador

Detalhamento de Receitas:

(*) Taxas e Emolumentos pela Prestação de Serviços: Recebimento de taxas de emissão de Carteira e 2ª via, Registro de ART e sua renovação, Inscrição de Pessoas Físicas e Jurídicas, emissão de Certificados, Certidões e Registro de Especialista.

(**) Receitas Diversas de Serviços: Custas Processuais, Recuperação com Custos de Cobrança e Fotocópias.

(***) Receitas Financeiras: Juros de Mora e Atualização Monetária: sobre Anuidades, sobre Multas de Infrações, sobre devolução de Diárias e sobre Multa Eleitoral. Multas sobre anuidades, Multas por Ausência de Responsável Técnico, Multa Eleitoral, Multa sobre devolução de diárias e Auto de Infração por Falta de Registro.

(****) Outras Receitas Correntes: Indenizações, Restituições e Dívida Ativa.

(*****) Receitas de Capital: Alienação de Veículos.

Detalhamento de Despesas:

(1) * Salários, Abono Provisório-Pessoal CLT, Gratificação por Exercício de Cargos, Gratificação por Tempo de Serviço, Férias Vencidas e Proporcionais, 13º Salário, Férias-Abono Pecuniário, Férias-Abono Constitucional (1/3), Serviços Extraordinários, Contribuições Previdenciárias-INSS Empregador, Seguro de Acidente no Trabalho, PIS sobre Folha de Pagamento, FGTS, Auxílio Alimentação e Auxílio Creche.

(2) * Combustíveis e Lubrificantes Automotíveis, Material de expediente, Material de Processamento de Dados, Material p/ Manutenção de Veículos, Material de Sinalização Visual e Outros, Diárias para Empregados no País, Diárias para Colaboradores Eventuais no País, Diárias de Conselheiros no País, Diárias de Diretoria no País, Limpeza e Conservação-Pessoa Física, Estagiários-Pessoa Física, Jetons e Gratificações a Conselheiros-Pessoa Física, Comunicação-PJ, Telecomunicações Fixa-PJ, Telecomunicações Móvel-PJ, Correspondências-PJ, Comunicação de Dados-PJ, Publicidade Institucional-PJ, Manut. Conserv. Veículos-PJ, Manut. Conserv. Máquinas e Equipamentos-PJ, Serviços de Vigilância Ostensiva/Monitorada-PJ, Serviços de Estacionamento de Veículos-PJ, Serviços de Água e Esgoto-PJ, Serviços de Energia Elétrica-PJ, Locação de Imóveis-PJ, Vale-Transporte-PJ, Assinaturas de Periódicos e Anuidades-PJ, Condomínios, Exposições, Conferências e Outros- PJ, Seleção e Treinamento-PJ, Serv. Médico-Hospitalar, Odontol. e Laboratoriais-PJ, Serviços Bancários-PJ, Serviços Judiciários-PJ, Passagens para o País-PJ, Pedágios-PJ, Taxa de Inscrição em Eventos-PJ e Outros Serviços Prestados por Pessoa Jurídica.

(3) * Transferências a Instituições Privadas (Auxílios).

(4) * Taxa de Limpeza Pública e Taxas Diversas.

(5) * Despesas Judiciais (Custas), Despesas de Exercícios Anteriores e Restituições de Anuidades e Taxas de Exercícios Anteriores.

(6) * Máquinas e Equipamentos, Bens de Informática e Sistemas de Processamento de Dados.

Acompanhe o CRMV-PR no facebook e youtube

